



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 23 DE ABRIL DE 2024

ATA Nº. 10 / 2024

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.5. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 3.6. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.7. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
 - 3.8. SRª. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U.F. OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
 - 3.9. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.10. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.11. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.12. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.13. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C),

- DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - APRECIADA
- 4.2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO RELATIVO AO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - APRECIADO
 - 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 375/2024 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMO, REFERENTE AO ANO DE 2023 - ADIADA
 - 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 379/2024 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, REFERENTE AO ANO DE 2023 - ADIADA
 - 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 256/2024 – DMEDSC/GCAJ – RELATIVA À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA 2024 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS SOB GESTÃO DA OEIRAS VIVA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.
 - 4.5.1. VOTAÇÃO
 - 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 278/2024 – DMEDSC/DDS/UGPS – RELATIVA AO REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
 - 4.6.1. VOTAÇÃO
 - 4.6.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 6. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <u>Unanimidade</u>			
a 23-05-2024			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	10		
PS	2		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INNOVAR ALGES	1		
INNOVAR BARGALHA	1		
INNOVAR CARMAXIDE QUEIJAS	1		
INNOVAR OEIRAS PARQUE DE ARCOZ CABIAS	1		
INNOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENCAO			

----- ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 23 DE ABRIL DE 2024 -----

----- ATA Nº. 10 / 2024 -----

----- Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Ágata Patacho Midões dos Reis Branco, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques; João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco, da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os senhores vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro;-- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 375/2024– DMAG/DFP/DPOC – relativa aos Documentos de Prestação de Contas da CMO, referente ao ano de 2023; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 379/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, referente ao ano de 2023; -----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 256/2024 – DMEDSC/GCAJ – relativa à Celebração de contrato-programa 2024 – Atribuição de subsídio à exploração dos equipamentos desportivos sob gestão da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.;
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 278/2024 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa ao Regimento do Conselho Municipal de Saúde. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Uma boa tarde. Vamos começar os nossos trabalhos. Vamos fazer... Senhoras Deputadas, vamos deixar as nossas conversas, e eu vou pedir para ser feita a chamada. Senhor Doutor Nuno Custódio (IN-OV), faça o favor de fazer a chamada. -----

----- Muito obrigada. Ora bem, vamos dar início aos nossos trabalhos. Não temos nenhuma recomendação, nada que tivesse sido entregue pelos senhores deputados. Resulta que eu vou abrir as inscrições. Quem quiser usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia, portanto pode já fazer. Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), mais? Alguém pretende usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia? Que se queira inscrever? Não há mais inscrições? Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH), faça favor.” -----

3.2. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, caro Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, ilustres Vereadores, colegas Deputados Municipais e a todos os que nos assistem as minhas mais cordiais felicitações em nome do Partido Chega. -----

-----Enquanto membro de um órgão de fiscalização que se deve pautar esta Assembleia Municipal e como deputado do Partido Chega, venho por este meio solicitar esclarecimentos pertinentes ao Executivo camarário sobre algumas nomeações recentes e sobre a relação com a empresa Município, sem pretender apontar o dedo a ninguém, mas apenas e só cumprindo o Regimento da Assembleia Municipal como órgão de fiscalização e de esclarecimento.-----

-----Primeiro. Em relação à nomeação da Senhora Doutora Madalena Castro para o cargo de vogal do conselho de administração da Município, acumulando com funções também como Presidente da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, gostaríamos de entender o critério de seleção para este cargo. É do conhecimento público que a atual vogal do conselho de administração já desempenha um cargo de considerável importância em Oeiras. Esta nomeação levanta preocupações, especialmente vigente uma auditoria em curso da Município, devido à sua situação financeira delicada e gestão questionável. -----

-----Segundo. Quais são as atribuições concedidas à nova vogal do conselho de administração da Município e Presidente da União de Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e quais são as suas compensações financeiras, apesar de o cargo não ser remunerado. É sabido que no mundo empresarial nada é gratuito, especialmente na Município, uma empresa que enfrenta dificuldades financeiras evidentes. -----

-----Terceiro. Como esta Assembleia Municipal pretende lidar com o potencial conflito de interesses, visto que a mesma pessoa ocupa simultaneamente o cargo de vogal do conselho de administração da Município e de Presidente de uma freguesia em Oeiras? Esta situação levanta a questão de se a vogal estará presente e participará na apreciação e votação de documentos de relevância para a Município durante as Assembleias, o que poderá representar um conflito de interesses. - -----

-----Esperamos respostas claras e precisas do Executivo, em prol da transparência e da fiscalização adequada nesta Assembleia Municipal, não tendo nada contra a Senhora Presidente e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vogal da Municípia.-----

----- Por fim e de outro foro a nível já nacional, ressalto que embora possam tentar silenciar o Partido Chega nas redes sociais do Facebook e outras, a nossa voz permanecerá firme em defesa da ética e do profissionalismo, especialmente diante das práticas questionáveis que mancham também a reputação do Concelho de Oeiras perante uma empresa sediada em Carnaxide. Uma triste empresa que em nada dignifica o Concelho de Oeiras, especialmente Portugal. -----

----- Disse.”-----

3.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Sobre a empresa?-----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), não percebemos o nome da empresa de que falou em Carnaxide.”-----

3.4. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez os seguintes esclarecimentos: --

----- “Senhora Presidente, em razão do sigilo que está a decorrer no Ministério Público, não quero divulgar para já o nome da empresa, mas será divulgada. Contudo não é a SIC. Será sabido oportunamente.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

----- “Não... Mas o Senhor disse...”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:-----**

----- “Não é a SIC. É uma empresa sediada em Carnaxide, que depois irão saber.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----**

----- “A SIC não está sediada em Carnaxide.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:-----**

----- “Mas não é a SIC. Não é a SIC. Não é a SIC.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Não é a SIC. Não. E o Senhor não pode dizer o nome da empresa?”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** respondeu o seguinte:-----

-----“Para já, não.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Pronto, tudo bem. Muito obrigado.-----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV), faça favor.”-----

3.5. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, colaboradoras da Assembleia Municipal, munícipes.-----

-----Só antes da intervenção que propriamente pretendia fazer, um pequeno comentário. Quem se arvora tanto em questões de ética e faz acusações genéricas, deixando todas as empresas sediadas em Carnaxide..., neste momento todas as empresas sediadas em Carnaxide estão sob suspeita da acusação do Senhor Deputado do Chega. Ora isto, para quem se apregoa como o arauto da ética, no mínimo, não posso deixar de considerar, pelo menos como anedótico. Pelo menos como anedótico. É extremamente grave, mas estamos habituados a este tipo de ética.-----

-----Mas regressando à intervenção que pretendia fazer. Dizer que a realização da Assembleia Municipal Jovem que teve lugar durante o ano de dois mil e vinte e três constituiu um êxito assinalável por todos reconhecido, envolvendo os alunos do ensino secundário do concelho. Tratou-se da prova de que os jovens são capazes de se envolver ativa e democraticamente na vida coletiva, propondo, discutindo e escolhendo os projetos que melhor consideram que poderão dar resposta aos seus problemas (a nível concelhio, naturalmente).-----

-----Tendo como principal objetivo fazer com que os jovens desenvolvam as suas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

competências enquanto cidadãos ativos e responsáveis, participando na defesa dos seus direitos e na compreensão dos seus deveres enquanto cidadãos, e sensibilizá-los para as questões do poder local, realçando a importância dos seus contributos para a resolução dos problemas do concelho, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais e aproximando-os assim dos eleitos locais, era fundamental retomar a iniciativa.-----

----- Por isso saudamos o início da segunda edição da Assembleia Municipal Jovem com a apresentação e votação, em cada uma das escolas, da ideia/projeto que entendam como mais valia para o concelho e que virá a ser apresentada, debatida e votada em Assembleia a realizar no próximo dia sete de maio.-----

----- O arranque teve lugar no passado dia quinze na Escola Secundária de Miraflores, onde tive o privilégio de acompanhar e constatar o entusiasmo e o civismo com que decorreu o processo eleitoral. -- -----

----- Iniciativa claramente a saudar.-----

----- Um outro ponto a salientar tem a ver com o que na manhã do passado sábado aconteceu. Os caxienses foram surpreendidos pelo aparato de um simulacro de tsunami realizado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, visando, por um lado, preparar e sensibilizar as pessoas para os perigos deste fenómeno da natureza e, por outro, dar informações aos decisores políticos para que melhor adequem as medidas de prevenção e de resposta ao fenómeno, caso ele venha a ocorrer no nosso território.-----

----- Estiveram envolvidas vinte e oito viaturas e cinquenta e dois agentes da Proteção Civil que contaram com a participação de cerca de seiscentos escuteiros que, para além da evacuação dos banhistas, simularam descatos na Praia de Caxias, vítimas de esmagamento e vítimas com politraumatismos resultantes de acidentes de viação e a resolução de um incêndio no edifício da Junta de Freguesia de Caxias, com a evacuação de duas vítimas. -----

----- Tratou-se de uma experiência que contribuiu fortemente para que os decisores

políticos fiquem mais esclarecidos para poderem adotar as medidas corretas em caso de sinistro. Por isso foram acompanhados de perto pelo Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais, e pela vereadora responsável pelo pelouro, Doutora Joana Baptista. -----

-----Iniciativa naturalmente a saudar de forma muito viva.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Presidente em exercício**, perguntou o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

-----Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Senhor Presidente, pretende usar da palavra?” -----

3.6. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhoras e senhores deputados, apenas uma nota relativamente ao Senhor Deputado do Chega que me pareceu referir-se à... Não se está a ouvir? Há aqui qualquer coisa, então. Já se ouviu melhor? Muito bem. Aliás, eu recomendo aos senhores deputados que falem todos assim, porque eu que sou um bocado surdo, a minha surdez não existe quando falam assim. Se estiverem a falar assim, eu oiço tudo. Pareceu-me então ouvir o Senhor Deputado do Chega que estava a criticar a designação da Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias para a administração da Município. Só lhe posso dizer que não tem razão em nada daquilo que disse, mas claro, somos livres de fazer os comentários que entendermos. Não há qualquer incompatibilidade, não há qualquer conflito de interesses. A Câmara Municipal convidou a Senhora Presidente da União de Freguesias para preencher uma vaga que havia na administração da Município e ela fez o favor de aceitar, e estou a falar bem, “fez o favor de aceitar”. Não me lembrei do Senhor Deputado O’Neill (CH), porque se me tivesse lembrado dele, tinha-o convidado de bom grado, mas não me lembrei. E então a Senhora Doutora Madalena Castro fez o favor de aceitar um cargo que é um encargo. Na realidade, como calculam, a Município, até pelas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dificuldades por que passa, naturalmente que tratando-se de um lugar... Quem diz a Município diz a Parques Tejo ou diz a Oeiras Viva em que as pessoas, os administradores, desempenham as suas funções graciosamente. Quer dizer e, portanto, aqui, infelizmente, não há os “tachos” a que o Chega tanto gosta de se referir e, portanto, quer dizer, foi designada a Doutora Madalena Castro que fez o favor de aceitar, porque na realidade tínhamos que preencher essa vaga existente e, portanto, como digo, ela disponibilizou-se para o fazer e para desempenhar esse cargo numa altura difícil da empresa. Portanto, é só. Quanto ao resto das considerações que o Senhor Deputado fez, são as habituais vindas do Chega. Não tem razão nenhuma naquilo que diz, nem ele sabe o que está a dizer na medida em que faz considerações absolutamente estapafúrdias, quer dizer, aliás, até fala de coisas que depois ficamos todos assim de boca aberta, “o que é que ele querará dizer?”, não é? Nada. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Presidente em exercício, disse o seguinte:

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Faça favor, Senhor Deputado Tomás (EO).” -----

3.7. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, muito obrigado Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e a todos os que assistem presencialmente ou à distância. -----

----- Para que não restem dúvidas que possam ter ficado latentes da última reunião da Assembleia Municipal, volto ao ponto das geminações, para um ponto de situação claro e inequívoco. O Grupo Político Evoluir Oeiras aguarda pacientemente, desde novembro do ano passado, a resposta ao requerimento quarenta e oito/dois mil e vinte e três em que pedimos informações sobre: -----

----- Um. Que geminações tem o Município de Oeiras com outras cidades, municípios,

entidades equivalentes? -----

-----Dois. Quais são as propostas de deliberação desta Assembleia e datas a respeito de cada uma delas? -----

-----Três. Que atividades são realizadas com cada uma das geminações autorizadas por esta Assembleia? -----

-----Estas perguntas prendem-se com outra questão, uma outra questão de fundo, que se prende, por sua vez, com a obrigatoriedade de as propostas de geminação terem de passar aqui pela Assembleia Municipal e com não haver registos claros quanto à tramitação que estas propostas seguiram no passado. Deduzimos pelas respostas que aqui foram dadas pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara na última reunião, que a Câmara está a averiguar o que se passou na altura. Vamos continuar a aguardar que a Câmara apure todos os factos com toda a nossa paciência, que é grande, mas não é inesgotável. No processo agradecemos que tentassem não deslegitimar estas perguntas, nem tentar ridicularizá-las, porque elas são relevantes, são do interesse do Município e são mais do que legítimas. E aqui dirijo-me diretamente ao Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) que gosta imenso de mandar os outros irem estudar determinados assuntos (e nós estudámos e por isso é que estamos a fazer estas perguntas), pedimos e pedimos ao Senhor Deputado que não deslegitimassem estas perguntas e que fossem Vossas Excelências estudar o que é que se passou na altura, apurassem os factos e nos respondessem ao requerimento que está pendente. -- -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, faça favor.” -----

3.8. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Paço de Arcos e Caxias) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e à Mesa, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os caros colegas Deputados e Deputadas e o excelentíssimo público que está presente e que nos poderá estar a ouvir. -----

----- Eu não pedi a palavra antes do Senhor Presidente da Câmara falar e de se referir ao meu caso concreto, trazido aqui pelo Senhor Deputado do Chega, mas não posso deixar de dar duas ou três informações. -----

----- Primeira, o Senhor Deputado do Chega, com certeza que não acompanha a atividade da União de Freguesias, que é só quarta maior união de freguesias do país, mas nunca a União de Freguesias teve tanta atividade ao nível cultural, ao nível social, ao nível desportivo e ao nível da educação, numa lógica sempre de complementaridade com os serviços e os Senhores Vereadores dos respetivos pelouros da Câmara Municipal. -----

----- E, de facto, o Senhor Presidente referiu o convite que me fez. O Senhor Deputado questionou porquê, uma vez que já é uma junta tão grande, devo dizer-lhe, porque quer saber quanto é que eu ganho, que estou em voluntariado na Junta de Freguesia desde um de janeiro de dois mil e vinte e três, de onde não aufero qualquer remuneração a não ser trezentos e, eu nem sei bem quanto é que é, mas acho que são trezentos e dez, atualmente ou trezentos e vinte euros para despesas de deslocação e referia eu, o Senhor Presidente convidou-me para a Municíпия. Porquê, considerou o Senhor, considerou ou aventou o Senhor Deputado, obviamente, porque julga que tenho capacidades. E devo-lhe dizer que aceitei, porque também entendo que tenho capacidade e se quer saber quanto é que ganho na Municíпия, não tenho vencimento, como sabemos, e aquilo que aufero ao fim do mês, ao fim do mês não, ao fim da presença de cada participação no conselho de administração, é aquilo que está definido na lei, que são cerca de seiscentos ou seiscentos e vinte euros. Mas não posso deixar de dar esta informação e dizer também ao Senhor Deputado do Chega e a todos os ilustres colegas que, obviamente, quando estiver em causa alguma votação da

Município, eu pedirei à Senhora Presidente da Mesa para me ausentar.-----

-----E é tudo, Senhora Presidente. Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Não há mais inscrições? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.”-----

3.9. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento-a a si e a todos os presentes.-------

-----No passado dia vinte e quatro de janeiro despedimo-nos da Comissão Municipal de Saúde, onde cada grupo e partido político com representação nesta Assembleia, tinha assento. ---

-----Nesta comissão contribuímos com informações, questões, pedidos de esclarecimentos. Marcámos presença, como tem de ser, no que à Saúde em Oeiras diz respeito. No caso do Grupo Político Evoluir Oeiras pautámos pelo integral cumprimento do regimento desta comissão, insistimos na natureza consultiva do órgão que na nossa opinião nunca funcionou de forma consultiva, nem sequer na elaboração de planos locais de saúde ou regulamentos. Pautámos pela votação atempada e correta das atas, colocámos questões de saúde pública como a qualidade do ar, o ruído, a qualidade da água balnear, o amianto nas praias, a ocorrência de mosquitos transmissores de doenças graves, questionámos sobre utentes sem médico de família, sugerimos Miniassembleias de Saúde, a aplicação do Plano da Organização Mundial de Saúde One Health etc., etc., etc.-----

-----Em fevereiro de dois mil e vinte e três colocámos numa comissão vinte e quatro questões. Segundo a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, a comissão foi extinta por deixar de fazer sentido uma vez criado o Conselho Municipal de Saúde, uma obrigação legal na sequência das novas competências recebidas do Estado central. Segundo a Senhora Vereadora na última reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Comissão (que se realizou então a vinte e quatro de janeiro), a Câmara Municipal estaria a desenvolver todos os esforços para que a presença de cada elemento dos grupos políticos continuasse a ser uma realidade, pelos contributos dados na comissão e a bem dos Municípios. A questão estaria em análise no departamento jurídico, segundo nos disse. -----

----- Hoje na Ordem de Trabalhos desta reunião votamos o Regimento para o Conselho Municipal de Saúde, e não estamos lá! -----

----- Não é dada uma justificação, um parecer jurídico, ou qualquer sinal do comprometimento da Senhora Vereadora. Não estaremos presentes na procura da resposta mais ágil e eficiente. Não participaremos da natureza consultiva, e não contribuiremos para a articulação e cooperação entre o poder político, os setores sociais, profissionais de saúde e a sociedade civil. Mas devíamos! -----

----- Podemos, na representação que nos foi atribuída pelos Oeirenses, continuar a contribuir, a questionar e a cooperar para a definição de políticas locais de saúde concertadas, realistas e ajustadas ao nosso território. Todos queremos o mesmo: a excelência da saúde em Oeiras. Todos somos poucos para prosseguir este objetivo. E queremos a continuidade de participação consultiva no órgão agora criado e onde existe espaço para abordar as questões de saúde de Oeiras. Queremos um Município onde a nossa contribuição seja vista como uma mais-valia de união de esforços que é de todos, para o bem de todos. Mesmo sem direito a voto podemos contribuir e apelamos a que o Município reconsidere esta sua posição. Quando se unem sinergias e se caminha num mesmo sentido, onde a participação engloba todos, então: Estamos de boa saúde!

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor.” -----

3.10. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, à Mesa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Queria dizer, relativamente a este assunto, o seguinte: o Partido Socialista gostava de fazer a discussão deste assunto no ponto próprio e não no ponto Antes da Ordem de Trabalhos. Portanto, das duas, uma, ou a Senhora Presidente e o Senhor Presidente entendem subir isto, ou então esperamos pelo ponto seis da Ordem de Trabalhos, e discutiríamos na altura o nosso ponto de vista sobre esta matéria. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.11. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Faz todo o sentido. Aliás, foi com alguma admiração que ouvi a intervenção da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), porque dado que hoje há um ponto sobre o Regimento da Comissão Municipal de Saúde, mas ela quis fazer no Período Antes da Ordem do Dia, muito bem, não tenho nada contra o facto, acho que não é o mais correto. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra sobre este..., no Período Antes da Ordem do Dia? Não há mais inscrições? Vou passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Faça favor, Senhor Presidente.”-----

3.12. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Bom, às questões colocadas pela Senhora Deputada da Coligação Evoluir Oeiras, constituída pelo Bloco de Esquerda, Livre e Volt, para a fase seguinte, no momento próprio, mas estes são os pretextos que a Senhora Deputada encontra para falar duas vezes sobre o mesmo assunto. De maneira que, como a imaginação não abunda, iremos tê-la a dizer exatamente as mesmas coisas que acabou de dizer daqui a pouco. -----

-----Bom, relativamente às geminações, é também mais uma questão... Eu às vezes fico surpreendido, como se quer fazer, cavalgar determinadas coisas que não têm interesse nenhum.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Este assunto das geminações já foi abordado noutras reuniões, designadamente na última Assembleia, de maneira que limitar-me-ia a dizer: “faço minhas as palavras do Vice-Presidente na última Assembleia Municipal”. Mas adiantaria, já agora para não dizerem que me recuso a dar respostas, que as geminações em Oeiras iniciaram-se mais ou menos por volta de mil novecentos e oitenta e sete e, portanto, foram celebradas várias que, nos termos da lei, eram aprovadas pela Câmara Municipal. Se porventura era necessária a intervenção da Assembleia Municipal, e se não vieram à Assembleia Municipal quando deviam vir, obviamente, devem ser ratificadas pela Assembleia Municipal. Ora bem e, portanto, a Câmara Municipal, aquilo que quando o assunto foi suscitado, naturalmente que mandou proceder ao levantamento de todas as geminações celebradas e remeteu para o Gabinete Jurídico para, em função do momento em que foram aprovadas essas geminações, verificar a aplicação da lei no tempo. Isto é, se em oitenta e sete era necessária já a aprovação da Assembleia Municipal ou não. Portanto, essa análise está a ser feita e em função da análise, será aprovada uma deliberação na Câmara, justamente a ratificar aquilo que tiver que ser ratificado. Porque por exemplo, em relação à cooperação descentralizada, eu julgo que só por volta de noventa e quatro/noventa e cinco, numa alteração que houve à Lei das Finanças Locais é que foi considerado, sim, mais por essa altura, noventa e seis, por aí, porque até aí não estava plasmado na lei esse tipo de cooperação descentralizada, mas ela já se fazia. Portanto, não estou a ver qual é o problema. Já foi dito na Assembleia Municipal anterior que o assunto estava a ser analisado, logo que o assunto esteja analisado, a Câmara Municipal informará a Assembleia Municipal. E não é pelo facto de em todas as Assembleias se estar a chamar aqui à colação esse problema, que se apressa o assunto. O assunto virá aqui quando estiver resolvido, enquanto não estiver, não vem.

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (EO).” -----

3.13. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para agradecer a resposta do Senhor Presidente e para lhe dizer que nós traremos este assunto à Assembleia Municipal as vezes que entendermos, quando entendermos, enquanto ele não estiver resolvido. E a verdade é que estamos à espera desde novembro, portanto, Senhor Presidente, eu registo que o Senhor Presidente não quer ver isto discutido em muitas Assembleias Municipais (registo, mas ignoro o conselho) e digo-lhe, Senhor Presidente, se for preciso lembrá-lo mais vezes, porque estamos à espera há seis meses, e por aquilo que é o currículo da Câmara em questões destas, provavelmente vamos esperar bastantes mais meses, Senhor Presidente não se preocupe, eu não vou deixar que o Senhor Presidente se esqueça deste assunto, vou trazê-lo aqui mais vezes se for preciso. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. Mais alguém pretende usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia? Não havendo inscrições, vou entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro (os documentos relativos a esta Informação Escrita ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Algum dos Senhores pretende usar da palavra sobre este tema? Senhor Deputado David Ferreira (EO) e Marta Carolo (PS) também se inscreveu? Senhora Deputada Marta Carolo (PS) é uma inscrição? Inscreveu-se para falar? Pronto, é que eu fiquei na dúvida se se tinha inscrito ou não.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Deputado David Ferreira (EO).” -----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento-a a si, a todas e todos os presentes e quem nos acompanha nas plataformas digitais. -----

----- Hoje apreciamos mais uma vez uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Uma leitura muito proveitosa para o meu fim de semana e mal posso esperar para os volumes seguintes. Neste documento sublinhamos os seguintes assuntos nele mencionados: -----

----- Começo pela referência à discussão pública sobre o Plano de Pormenor de Caxias, que no texto parece que correu às mil maravilhas, quando na verdade foi pautada por atos de censura ao não deixarem a cidadã e deputada minha colega Mónica Albuquerque (EO) usar da palavra. --

----- Seguimos para o Gabinete Municipal de Auditoria, que refere a existência de quatro denúncias externas ao abrigo do Procedimento de Receção e Tratamento de Denúncias de Infrações, no âmbito do direito da União Europeia e Corrupção e de Infrações Conexas do Município de Oeiras. Três dessas quatro denúncias foram encaminhadas para outros meios, mas nem relendo quatro, cinco, seis vezes esse parágrafo entendemos quais são as temáticas dessas denúncias e qual a razão para as mesmas não terem sido encaminhadas. Falamos de que tipo de denúncias em concreto? -----

----- Gostaríamos também de abordar uma questão que se prende com a disposição das contratações públicas neste documento. Como é reconhecido na própria Informação do Presidente, a Divisão de Contratação Pública só faz o reporte de procedimentos adjudicados, aqueles que são elaborados pela própria divisão. Já agora, para quem nos está a ouvir, as adjudicações podem ser um ato da competência do Presidente do Executivo, de um membro do Executivo, um vereador ou até mesmo de um dirigente com competências delegadas. Como existem várias unidades orgânicas a lançar vários procedimentos de contratação, isto significa que a Divisão de Contratação Pública

não abrange a totalidade da contratação promovida pelo Município, ficando de fora uma parte significativa, designadamente a totalidade das empreitadas, locações e aquisições de bens e aquisições de serviços realizadas noutras divisões. De qualquer forma, isto não devia ser impeditivo para a Divisão de Contratação Pública, com recurso a meios informáticos, compilar toda a informação relativa às contratações promovidas pela Câmara e vertê-la dessa forma, de forma compilada, para a Informação do Presidente. Assim, gostaríamos, interessava à nossa Assembleia saber quantos procedimentos foram lançados pela Câmara Municipal de Oeiras e por que motivo, quantos contratos foram celebrados pela Câmara Municipal de Oeiras e por que procedimento e dos contratos celebrados, quantos foram reduzidos a escrito e quantos não foram reduzidos a escrito. Fica aqui a nossa sugestão para informações futuras. -----

-----Por fim, uma pequena nota para uma referência que vi sobre o alargamento rodoviário na Estação Agronómica (já agora localizem na página cento e dezassete). Ora, a Estação Agronómica é um espaço onde a circulação (a meu ver, a nosso ver) devia ser reduzida ao mínimo e limitada a serviços e a manutenção. Portanto, gostaríamos de saber para que serve este alargamento. -----

-----Disse. Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Marta Carolo (PS), faça favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Marta Carolo (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.

-----Começo por referir que este documento, apesar de extenso, está claro e explícito. ----

-----Na área da Educação, saliento que se verifica que estão em andamento vários projetos sociais, científicos e culturais em todos os Agrupamentos de Escolas com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No ano do quinquagésimo aniversário do Vinte e Cinco de Abril, é necessário o reforço de políticas educativas municipais.-----

----- O contributo na Educação para a Cidadania é inquestionável e algumas áreas no âmbito da cidadania podem e devem ser melhoradas, como a Educação para os Direitos Humanos, promovendo atividades extracurriculares que desenvolvam a consciência para os direitos humanos, para a tolerância e para o respeito pela diversidade, preparando as crianças para se tornarem cidadãos responsáveis e empáticos;-----

----- A Participação cívica e democrática: envolvendo programas que incentivem a participação ativa dos alunos na vida escolar e na comunidade, dando oportunidades para que expressem as suas opiniões, aprendam com o processo democrático e se envolvam em atividades cívicas.-----

----- A Educação para a sustentabilidade: capacitando os alunos a compreenderem os desafios ambientais e a adotarem comportamentos responsáveis em relação ao meio ambiente e à comunidade.-----

----- A Educação para a literacia mediática: Desenvolvendo projetos de literacia mediática para capacitar os alunos para contribuírem para uma abordagem crítica das informações que encontram nos meios de comunicação social; a identificarem fake news e entenderem o impacto dos meios de comunicação na sociedade.-----

----- E por fim estabelecer ainda mais parcerias com organizações da comunidade, com empresas locais e com instituições governamentais para enriquecer as experiências educativas dos alunos, proporcionando oportunidades de aprendizagem prática e desenvolvimento cívico.-----

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente. -----

-----Face à Informação Escrita do Senhor Presidente, gostaria apenas de tecer algumas considerações de natureza social. Destaco dois exemplos notáveis de iniciativas de vocação pública que merecem reconhecimento. -----

-----Primeiramente destaco o Projeto Família promovido pela Associação o Movimento Defesa da Vida. Conforme Informação compartilhada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, projeto iniciado em dois mil e vinte e três e com previsão da sua conclusão a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Este projeto utiliza os fundos (e bem) do PRR, especificamente apoiado na linha de financiamento “comunidades em ação”, sendo esse o objetivo, ajudar as famílias. Implementar um programa de intervenção intensiva em ambiente domiciliar, segundo a metodologia do Projeto Família. Trata-se de um exemplo exemplar de empreendedorismo e gestão eficaz dos custos do PRR em prol da comunidade, sendo a família o pilar da sociedade. -----

-----Além disso, expresso o reconhecimento em representação do Partido Chega às Bibliotecas Municipais de Oeiras pela sua contribuição significativa para a juventude, por meio do Projeto Queimar as Pestanas. Este projeto está em vigor especialmente durante o período de preparação dos exames. Como pai de uma família numerosa, os meus filhos utilizam e sou testemunha viva que ele foi uma ideia excecional deste Concelho. Esta prática demonstra um compromisso valioso com o apoio à juventude. É digno de nota como pequenas ações podem ter um grande impacto e, por isso não é necessário que a Informação, por vezes, do Senhor Presidente seja muito extensa. No entanto, entre todas as Informações partilhadas pelo Senhor Presidente, estas iniciativas destacam-se como exemplares pela humildade, solidariedade e humanismo. -----

-----Disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- “Muito obrigada.-----
- Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.”-----
- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte:-----
- “Obrigado, Senhora Presidente.-----
- De forma sintética, permito-me realçar apenas alguns dos elementos que desta Informação trimestral do Senhor Presidente da Câmara consideramos mais significativos.-----
- A manutenção do valor mínimo do IMI que o Município pode cobrar: zero vírgula três por cento. ------
- A realização da última sessão do Dia da Democracia, iniciativa dos Independentes Juventude de Oeiras, da JS de Oeiras, da JSD Oeiras e com o apoio da Associação SEDES e da Câmara Municipal de Oeiras. É de referir que, ao fim de nove sessões, esta iniciativa envolveu três mil trezentos e cinquenta alunos das escolas secundárias do Concelho, durante as quais tivemos a participação de várias personalidades entre as quais o Presidente da República, Ana Gomes, António José Seguro, Pedro Passos Coelho, Marçal Grilo, Paulo Portas e José Miguel Júdice.-----
- A aprovação da lista definitiva dos mil cento e noventa e um alunos universitários que vão beneficiar de uma bolsa de estudo no valor de mil quatrocentos e cinquenta euros.-----
- A transferência de competências na área da saúde para o Município de Oeiras.-----
- A terceira distinção com o selo de mérito (para a Câmara Municipal, naturalmente), concedida pela rede de autarquias que cuidam dos cuidadores informais, do Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais.-----
- A distinção com menção honrosa, na quarta edição do Selo da Diversidade dois mil e vinte e três, atribuída pela Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, em parceria com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo.-----
- A inauguração da exposição sobre os “Trinta e Cinco Anos de Habitação em Oeiras”,

patente na Estação Radionaval, Comandante Nunes Ribeiro, em Linda-a-Velha, até ao próximo dia trinta de abril. Trata-se do repositório das várias fases da política de habitação de Oeiras, da qual todos honestamente sentimos um justificado orgulho. -----

-----A assinatura de um acordo de gestão partilhada da frente ribeirinha de Algés com a APL, primeiro passo do que esperamos venha a ser a assinatura de um protocolo muito mais abrangente. -----

-----A integração na Rede Inter-regional Cidades Âncora para a Economia Azul, com o objetivo de colaborar na criação de uma rede dedicada à economia azul e à sustentabilidade ambiental nas áreas costeiras. -----

-----Numa clara manifestação da cultura de cidadania dos nossos munícipes, o Concelho de Oeiras, mais uma vez, foi o que registou a menor taxa de abstenção nas últimas eleições nacionais em toda a Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----E, finalmente, uma palavra para o Programa Oeiras Solidária, que comemorou o seu vigésimo aniversário. No evento comemorativo durante o qual foram homenageadas as vinte empresas que mais se têm destacado pelo seu papel ativo na realização de iniciativas de responsabilidade social, ao longo destas duas décadas, foi apresentada a nova identidade do Programa Oeiras Solidária, a Oeiras Community Valley, de forma a melhor potenciar o envolvimento das multinacionais presentes no Concelho, isto de acordo, naturalmente, com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pelas Nações Unidas.-----

-----O Concelho de Oeiras continua vivo, continua com uma atuação brilhante e deste relatório apenas podemos dar os parabéns a quem o elaborou e a quem preside às ações que nele estão refletidas.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. A todos cumprimento, igualmente as pessoas que nos vão acompanhando pelas redes.-----

----- Dizer o seguinte em relação a este tema:-----

----- Numa câmara como Oeiras, com a capacidade financeira, bem como com uma capacidade de pensar e executar, não nos espanta as quase trezentas folhas desta Informação do primeiro trimestre. É uma Informação clara, uma Informação, naturalmente, a que igualmente dou os parabéns aos serviços que a elaboraram e que, no fundo, destaca não apenas aquilo que está feito neste primeiro trimestre, mas fundamentalmente aquilo que se propõe fazer nos trimestres seguintes. - -----

----- Entre as muitas iniciativas e os muitos projetos em curso, julgo que há dois ou três que ao PSD importa aqui destacar. Um deles é todas as iniciativas ligadas ao mar. É um tema que o PSD aqui em Oeiras, já há alguns anos apostou, no sentido de estimular o aproveitamento daquilo que é uma magnífica costa que nós temos e um mar que poderemos aproveitar e, portanto, este Programa Oeiras Mar parece-me importante ser aqui salientado. -----

----- Tal como (e como já foi feito pelo Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)) dizer o mesmo em relação ao Programa Oeiras Solidária. Ao PSD pouco importa o nome, mas já agora num à parte, não entendo muito bem, sendo que este programa se destina não tanto ao exterior, à colocação de Oeiras no mercado internacional, onde se justificaria a designação em inglês, tenho alguma dúvida em perceber porque é que a adotaram este “Oeiras Community Valley”, quando poderiam, realmente, na minha opinião (é apenas uma opinião, naturalmente, isso não vai minimizar a validade do projeto), mas pessoalmente, gostaria, de facto, de ver isto em português. Mas é um programa importante, importante que já se mostrou que é fundamental para os cidadãos em Oeiras e mais do que isso, julgo tem tido, realmente, também muito apoio por parte das

empresas e isso é importante, porque a componente social hoje das empresas é um ato que elas devem prosseguir e que as câmaras e as autarquias, naturalmente devem aproveitar.-----

-----Há, contudo, aqui uma questão que não tem nada a ver com estes dois aspetos que eu referi e que tem a ver com os espaços verdes. Os espaços verdes são algo, que de vez em quando, nós aqui discutimos. O PSD sabe, porque o Senhor Presidente já o disse aqui várias vezes, da grande dificuldade que há em contratar jardineiros, em contratar pessoas com capacidade para isso, e inclusive, até, já por várias vezes falou aqui nesta Assembleia na hipótese, na possibilidade de criar uma empresa externa que permitisse, do facto, que Oeiras continuasse a manter a nível de espaços verdes, aquilo a que nos habituou. Isto vem a propósito de quê? É que nos espaços verdes, a folha dez, a seguir à duzentas e vinte, diremos, o que diz aqui é que ao nível dos serviços de manutenção de espaços verdes, tem uma meta de noventa por cento, com um grau de execução portanto em janeiro, fevereiro, março, em março de zero por cento. E refere que a taxa global só será aferida no mês de dezembro e no presente mês, a taxa é de oito por cento. Ou seja, a ideia que eu tenho é que os espaços verdes, os jardins, as plantas, as árvores têm necessidade de um acompanhamento permanente e, portanto, não consigo entender (se é que há e vão-me, com certeza, explicar), essa execução é uma execução, digamos, quase programada e que deveria acompanhar ao longo do ano estas informações, regularmente. Não se consegue entender, de facto, dada a importância disto, nomeadamente para os oeirenses e para todos nós que nos habituámos à qualidade de governo neste Concelho e os múltiplos jardins que tem, esta dificuldade neste grau de execução e a pergunta é esta: esta dificuldade tem algo novamente a ver com a questão fundamental que aqui tem sido discutida, de falta de mão de obra que possa (mão de obra municipal, claro) acompanhar este desenvolvimento? Esta é a pergunta que eu deixo, porque acho, realmente que Oeiras, ao habituar-nos à excelência, depois leva-nos a estas questões, que sendo questões menores, relativamente por exemplo, ao apoio social que é fundamental, mas merecem, no entanto, uma explicação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Disse. Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), faça favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.

----- Vimos falar de Coesão Social, de Igualdade de Oportunidades, vimos falar de Integração, Cidadania, de Mulheres que Contam.-----

----- A Doutora Ana Luísa Santos, psicocriminóloga, foi o centro de um programa na RTPDois, intitulado Mulheres que Contam, realizado em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, transmitido no passado dia vinte e sete de março, onde nos falou com amor, paixão e preocupação do projeto que desenvolve na esquadra de Caxias, Gira no Bairro – uma Esquadra Aberta à Comunidade. -----

----- O projeto que desenvolve em parceria com a esquadra de PSP de Caxias, foi distinguido a vinte e três de março de dois mil e vinte e três, com a presença da então Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, da Secretária de Estado das Migrações e da Alta-Comissária para as Migrações, no âmbito da oitava geração do Programa Escolhas.-- -----

----- A presença ao mais alto nível do governo, destacou a importância desta intervenção na vida das crianças e dos jovens, assim como as boas práticas desenvolvidas diariamente no território de Caxias. -----

----- A sua abordagem de intervenção da educação pela arte, ferramenta privilegiada como meio de expressão, procura desmistificar junto de comunidades racializadas e de minorias étnicas, o estigma da figura da autoridade, e da PSP, procurando fazer a diferença na prevenção da criminalidade e na relação entre a comunidade e a política. (deverá querer dizer polícia). -----

-----Senhora Presidente, Senhor Presidente,-----
-----O projeto Gira no Bairro corre o risco de morrer na praia, de fechar as portas no próximo mês de setembro.-----
-----Tem tido o acompanhamento e o apoio interessado da Senhora Presidente da UFOPAC – da União de Freguesias, Doutora Madalena Castro. Mas não chega. Necessita urgentemente do apoio da Câmara.-----
-----Por isso, a bancada do Partido Socialista solicita a intervenção direta do Senhor Presidente para não deixar morrer um projeto que nos honra a todos, honra Caxias, honra Oeiras e honra Portugal.-----
-----Disse.”-----
-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
-----“Muito obrigada.-----
-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faça favor.”-----
-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu disse o seguinte:-----
-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----
-----Apenas para completar a informação seletiva do Senhor Deputado António Vicente (IN-OV). Porque no documento, para além da taxa do IMI, os parágrafos seguintes fazem referência aos quatro vírgula sete da taxa a aplicar sobre o IRS (dos cinco por cento possíveis) e à taxa de um vírgula cinco de derrama a aplicar. Esta, taxa máxima.-----
-----Obrigada.”-----
-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
-----“Muito obrigada.-----
----- Senhor Presidente da União de Freguesias de Oeiras, faça favor.”-----
-----A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu quero apenas complementar algumas informações que foram dadas pela Senhora Deputada Fátima Filipe do PS, relativamente ao Projeto Gira no Bairro. O Projeto Gira no Bairro, que está a ser concretizado pela Associação Mundos de Papel, resulta de um consórcio em que estão várias entidades, uma das quais é a PSP de Oeiras, na delegação de Caxias, que cedeu as instalações, onde o projeto nas suas várias dimensões está a ser concretizado com crianças e jovens do bairro, principalmente do Bairro Francisco Sá Carneiro.-----

----- Acontece que o projeto é financiado pelo Programa Escolhas, está na Nona Geração e o Programa Escolhas tem financiamento através do Ministério da Juventude, ou Secretaria de Estado (agora nem sei se é Secretaria de Estado) e os financiamentos dos projetos vêm com muito atraso. Acontece que os profissionais que dão vida àquele projeto e que acompanham os jovens... É um projeto meritório, devo dizer-vos, agrega não só a Associação Mundos de Papel, a PSP, a Câmara Municipal de Oeiras, a Junta de Freguesia, o Ministério da Justiça, através do Instituto Padre António de Oliveira (e eu penso que me estou a esquecer de alguém...) e o Centro Social e Paroquial Nossa Senhora das Dores de Caxias. Enfim, é um conjunto de instituições, mas, de facto, são os profissionais ligados ao Projeto Gira no Bairro que dão, são eles, principalmente, que dão vida àquele projeto na localidade do Bairro Francisco Sá Carneiro. Nós, na Junta de Freguesia tentámos e aprovámos um financiamento às atividades deste projeto, na certeza de que a Doutora Ana (que é a parte operacional) conseguirá justificar os valores do apoio. Porque é que eu digo isto? Porque as instituições públicas não podem financiar duplamente o mesmo projeto e a Câmara Municipal já em tempo pediu às profissionais que estão ligadas a estas iniciativas, que fizessem um projeto para poder apoiar. E, de facto, o que se passa é que com os atrasos das transferências do Programa Escolhas, elas não têm dinheiro para pagar ordenados e as pessoas vão saindo. Isto é muito complicado, tão complicado que nós, Junta de Freguesia, se a memória não me falha, em dezembro apoiámos com uma verba significativa, porque já há alguns meses que estavam sem

vencimento e foi o Natal, é o Ano Novo e, para além de ser o Natal e o Ano Novo, as pessoas que trabalham não podem viver sem o seu ordenado durante meses seguidos. Eu pedi uma reunião com o Diretor-geral da Juventude, marcaram a reunião, referi a grande dificuldade, referi a importância do projeto para Oeiras e particularmente para Caxias, no Bairro Sá Carneiro. Estão envolvidas várias dezenas de crianças e jovens, as atividades que ali são desenvolvidas, são desde o apoio ao estudo, à dança, à ginástica, aos trabalhos manuais, a pintura, a escultura, enfim é, de facto, um projeto muito meritório, mas tanto quanto sei continua com atrasos de financiamento. Obviamente que o Nona Geração não pode querer, na nossa ótica, que os projetos sejam concretizados no terreno sem haver um financiamento prévio, porque as pessoas não vivem do ar, as pessoas não trabalham sem ter os seus vencimentos, e quer a Câmara Municipal, quer a Junta de Freguesia, quer o Instituto Padre António de Oliveira, não podem estar a financiar um projeto que é financiado pela Administração Central. Portanto, não pode haver financiamentos duplicados ou triplicados para o mesmo projeto e era este o esclarecimento que eu queria dar. Acho, volto a dizer, é notável o trabalho que a associação está a fazer naquele bairro. Eu devo dizer que fui muito cética no início com a Doutora Ana, que é a pessoa que é a alma daquele projeto, mas já dei a mão à palmatória, já lhe disse que pela parte da Junta faríamos tudo o que nos fosse possível, para que o projeto não fosse suspenso ou não se desse por findo. Sabemos que a Câmara Municipal tem tido o mesmo posicionamento, mas a realidade é que há atrasos de meses e meses nas transferências de verbas.

-----E é tudo, Senhora Presidente. Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Peço imensa desculpa, estava inscrita, Senhora Deputada Teresa Pereira (PS), faça favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** interveio e disse o seguinte:--

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Cumprimento-a a si, ao Senhor Presidente e ao Executivo, às Senhoras e Senhores Deputados e demais participantes nesta Sessão.-----

----- Da Informação Escrita do Senhor Presidente, referente ao período de janeiro a março de dois mil e vinte e quatro, e no que concerne em particular à atividade das Direções Municipais de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, e, de Obras, Gestão Ambiental e Habitação, importa dizer que existe uma atividade relevante em ambas as Direções e que devem ser reconhecidos o esforço e o mérito dos respetivos trabalhadores.-----

----- Destacamos a ação do Gabinete de Inteligência Territorial em matérias Ambientais, de Sustentabilidade e de Infraestruturas de dados Espaciais, todavia, pelo escasso número de pedidos nomeadamente internos (seis em três meses), e pelas informações constantes nas propostas que chegam a esta Assembleia, provenientes de outros departamentos, o conhecimento e os dados deste Gabinete não parecem estar suficientemente divulgados e disseminados pelos outros departamentos da Câmara. Aconselha-se assim que este Gabinete seja um efetivo fornecedor de serviços aos outros departamentos, nas matérias acima elencadas.-----

----- Por sua vez não podemos deixar de referir que o foco das atividades da DMOTDU se encontra muito centrado nos loteamentos e estudos urbanísticos, sendo que as questões do território não urbanizável devem igualmente merecer atenção visando a concretização das medidas para a qualificação ambiental do território, conforme estipulado no Regulamento Orgânico.-----

----- Chamamos a atenção para a premência da revisão do acordo de colaboração entre a Câmara e o Centro Hospitalar de Lisboa Oeste, celebrado em dois mil e dezanove, sobre a nova ala pediátrica no Hospital de Santa Cruz, matéria que entendemos da maior urgência.-----

----- Constatamos, mas se estivermos equivocados agradecemos a correção, que não existe qualquer ação relacionada com a necessária intervenção no troço jusante da Ribeira de Algés.-----

----- Congratulamos a plantação de seis mil trezentas e trinta e nove árvores no Concelho, mas gostaríamos de ter visto nesta Informação referência ao tipo de espécies selecionadas, ao plano

de execução, e contributo para a neutralidade carbónica, e aos números da sua distribuição geográfica. -----

-----Sobre as desmatações e deservagens levadas a cabo, questionamos se as mesmas têm parecer favorável e acompanhamento de técnicos especializados, nomeadamente engenheiros florestais, ou técnicos afins, até porque temos observado o corte de diversas árvores e outras espécies de fixação do terreno muito antigas no Concelho. -----

-----Por último, registamos também como positivo o incremento de recolha de resíduos verdes e biorresíduos, embora muita haja a fazer na divulgação e incentivo destes últimos, e igualmente o facto de terem sido disponibilizados equipamentos de recolha de têxteis e calçado. Esperamos que em breve, e à semelhança de Concelhos vizinhos, sejam disponibilizados equipamentos para receção de outras tipologias de resíduos. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais alguma inscrição sobre este ponto? Senhor Presidente, o Senhor pretende intervir? Senhor Presidente? Quer intervir?” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

-----“Quero, quero.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Pronto. Faça favor então.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Bom, em primeiro lugar, registo com muito agrado as considerações que foram feitas, mas também não poderia ser realmente de outro modo, a margem não é muito grande, visto que perante uma Informação desta natureza, muito exaustiva, contém realmente a dinâmica do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Município, apesar de, pelos vistos, alguns dos deputados ainda pretendem mais informação. A dada altura ficamos assim um bocado... Umás vezes dizem que é de mais, outras vezes é de menos, portanto, os contratos, todos os contratos, os sem contrato escrito, enfim tudo aquilo que é a atividade burocrática da Câmara Municipal, bom, nessa altura não são trezentas páginas, são quinhentas ou seiscentas. Mas já ouvimos aqui tudo, às vezes dizem que querem mais informação, outras vezes que é informação de mais e a Câmara vai ouvindo e, naturalmente, vamos procurando adaptar-nos àquilo que é referido. -----

----- Bom, relativamente à Oeiras Valley Community. Obviamente que em substituição do Programa Oeiras Solidária, tem a ver justamente com esta realidade, é que as empresas, sobretudo as multinacionais apropriam-se mais facilmente deste tipo de designação e é preciso reconhecermos que a grande maioria hoje das empresas do Oeiras Solidária, são empresas multinacionais, são empresas estrangeiras e, portanto... Olhe, ainda agora tivemos uma..., eu não pude, não fui porque estávamos justamente a discutir o relatório, foi o Vice-Presidente, é lançada agora a primeira pedra de mais um empreendimento, mais uma empresa em Carnaxide, Senhor Deputado, em Carnaxide. Um investimento na ordem dos quinhentos milhões, quinhentos milhões de euros, está a ouvir bem. Um “data center”, imaginem, em Carnaxide. Está a ser lançada a primeira pedra agora, que vai criar umas centenas de postos de trabalho, vai contribuir para a riqueza do país e, naturalmente, para a riqueza de Oeiras. Vai aumentar exatamente a dimensão tecnológica do nosso Concelho e, portanto, é natural..., só se fala inglês. Portanto, hoje todas as intervenções são em inglês. Eu por acaso não fui lá, eu iria falar em português, aliás, já tinha dito que o meu discurso seria em português, mas dá-se a circunstância, como estamos aqui a discutir o relatório do Presidente da Câmara, eu achei por bem mandar o Vice-Presidente, e ele é capaz de falar inglês. agora, eu tenho alguns assomos de patriotismo e com frequência, mesmo que pudesse levar um discurso escrito, porque o inglês sei ler bem, posso ter dificuldade em falar fluentemente, mas faço questão realmente de falar português. Mas enfim, é mais uma grande empresa (em

Carnaxide) e vai nascer lá um hotel em breve também. Também tem direito, não é, a ter um hotel em Carnaxide. E, portanto, está explicado porquê o “Oeiras Valley”.-----

-----Relativamente aos espaços verdes, eu estou apenas a dar algumas notas de questões que me pareceram, enfim, mais importantes, porque, de resto, está tudo explicado. Em relação aos espaços verdes, obviamente que a medição, digamos assim, do que é a taxa de execução, com certeza que só no final do ano é que temos uma posição adequada, porque como é óbvio, há reclamações. Nós abrimos concursos, em tempos já estivemos seis meses sem manutenção dos espaços verdes e, portanto, também agora houve reclamações e nem todos os contratos entraram em funcionamento exatamente no momento em que deviam entrar e, portanto, há sempre uma simbiose entre aquilo que é feito pelas empresas e aquilo que é feito por jardineiros da Câmara Municipal. E, portanto, procuramos realmente não deixar degradar os espaços verdes, de tal forma que, depois, seja necessário praticamente reconstruir. Mas tem a ver fundamentalmente com isso, com a própria gestão dos contratos que o Município tem com determinadas empresas.-----

-----Quanto ao Giro no Bairro. Bem, o Giro no Bairro, eu até fiquei surpreendido por a Senhora Deputado me pôr aqui o problema, mas, enfim..., porque, na realidade, os problemas do Giro no Bairro decorrem da incapacidade da Administração Central em assumir os seus compromissos. Mas por acaso, posso-lhe dar uma boa notícia: já pagaram. Já pagaram, não sei se foi hoje, se foi ontem, mas já pagaram. Já pagaram, a Administração Central já pagou, portanto... A Administração Central já pagou. Pronto. Estavam com os pagamentos em atraso e agora já pagaram. Pagaram, tenho a informação aqui. Devem ter recebido ontem ou hoje e, portanto..., mas é natural que se mantenham mais atrasos. Seja como for, a Câmara Municipal apoia este projeto, tem lá dois tempos jovens e o apoio logístico é fornecido pela Câmara Municipal, designadamente em transportes. Agora, é óbvio que não pode haver duplicação de financiamento. E, portanto, a Câmara Municipal já informou os responsáveis do projeto, podem apresentar outro projeto, com outra natureza, que a Câmara Municipal pode financiar. Só que até agora ainda não apresentaram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portanto, as coisas nem sempre são como são contadas, mas a Câmara Municipal acompanha esse processo.-- -----

----- Há aqui algumas questões que eu não percebi, mais uma vez do Senhor Deputado O'Neill (CH). Referiu-se ao Projeto Família, fala dos CLS, Movimento Defesa da Vida, com financiamento do PRR, não sei... Em prol da comunidade. Não sei o que é que quer dizer.” -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** interveio e disse o seguinte:-----

----- “É um elogio, é um elogio.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -

----- “É um elogio à Câmara? Ah, é um elogio à Câmara. Pensei que estava.... Só fez elogios, vejam bem. O meu ouvido está tão habituado ao contrário, que já só ouve críticas. Bom, mas muito bem. Às Bibliotecas de Oeiras e ao Queima a Pestana. Sim senhor.-----

----- O Senhor Deputado Pracana (PSD) colocou uma série de questões, mas que afinal também são elogios, não é? As iniciativas ligadas ao mar, a clareza da informação, registo com agrado. O Projeto Gira no Bairro já falámos, está a ser acompanhado.-----

----- Aqui a Senhora Vereadora tomou-me nota destas coisas. Bem, não percebi, a Senhora Deputada falou na questão relativamente ao ordenamento do território, desenvolvimento urbano, habitação, em relação ao GIT... Bom, o acordo com o Hospital de Santa Cruz, a questão da aula pediátrica... Bem, o problema, como saberá, já que pôs a questão, quem esteve em falta até há coisa de um mês, foi o Ministério da Saúde que assumiu com a Câmara Municipal de Oeiras o compromisso de elaborar o projeto para a ala pediátrica, a Câmara Municipal tinha assumido o compromisso de financiar a ala pediátrica e quero vos dizer que já nos finais do Governo do Partido Socialista recebi um telefonema do Senhor Ministro das Finanças, do Doutor Medina, justamente a pôr-me a questão se a Câmara Municipal não estaria disponível para a própria Câmara desenvolver o projeto, visto que o Ministério da Saúde não conseguia. Ora bem, eu manifestei toda a minha disponibilidade para ser a Câmara Municipal a desenvolver o projeto. Portanto, o

Ministério da Saúde esteve três anos, só três anos à espera de decidir se fazia ou não fazia o projeto, e agora a Câmara Municipal, há um mês que assumiu que iria fazer o projeto e, portanto, agora temos que fazer o projeto, mas vai demorar algum tempo, não é? Portanto, é o ponto da situação.

-----E julgo que não há mais nada. Muito obrigado pelas vossas considerações. Algumas que eu não tenha respondido estão em Ata e, naturalmente, que aquilo que procuramos fazer é nos próximos relatórios ser ainda mais claros, mas eu não posso deixar nestas circunstâncias, nunca..., porque ainda há quem pense que é o Presidente da Câmara que faz estas coisas. Ainda há quem pense isso. atribuem-me dotes excepcionais, mas, na realidade, quem faz isto não sou eu, quem faz isto são os funcionários da Câmara Municipal, é o Serviço de Apoio aos Órgãos Locais (a responsável por essa área é a Doutora Vera), uma parte o meu gabinete, enfim os diferentes serviços, os diferentes gabinetes, diretores de departamentos, etc., e depois há que, nalguns casos, burilar o texto, fazer algumas sínteses, porque se realmente fôssemos a colocar aqui no relatório tudo aquilo que os serviços... Algumas das coisas que alguns dos senhores deputados consideram que é propaganda (porque se é informação a mais, é propaganda), e aquilo que, às vezes, consideram, na realidade é o reconhecimento do trabalho que os nossos funcionários fazem. E, portanto, às vezes, o constar aqui quer dizer que se reconhece que um determinado trabalho foi feito. -----

-----Já agora também vos quero dizer que estamos em plenas comemorações, para terminar, do Vinte e Cinco de Abril, dos cinquenta anos. Hoje inaugurámos quatro topónimos: um em homenagem ao General Ramalho Eanes, antigo presidente da república; outro à Associação dos Deficientes das Forças Armadas; outro em relação ao Coronel Vasco Lourenço; outro ao General Tomé Pinto; outro ao General Loureiro dos Santos e outro ao Almirante Pinheiro de Azevedo. Não vi lá nenhum deputado municipal. Não sei, não vi lá nenhum deputado municipal.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

----- “Eu estou a dizer que não vi, não estou a dizer que não foram convidados, não sei. Em princípio, deveriam ter sido convidados. Se não foram, é uma falha da Câmara, do protocolo e do Presidente. Portanto, irei providenciar para que não se repitam essas situações e as pessoas sejam, pelo menos, convidadas e vai quem quer. Eu também não estou aqui a censurar, se eu estou aqui a chamar a atenção, é porque não vi lá nenhum deputado e, portanto, acho que é importante que os senhores deputados, quando podem, participem nessas situações. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Eu penso que pelo menos os líderes dos grupos políticos foram convidados... mas quer dizer, não sei se realmente o convite foi para todos, mas pelo menos para os líderes dos grupos políticos foi.-----

----- Não sei se mais alguém pretende ainda usar da palavra sobre este ponto... -----

----- Então podemos passar ao ponto seguinte.” -----

----- **APRECIADA**-----

4.2. Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição (os documentos relativos a este Documento ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)... Mais alguém pretende usar da palavra?-----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Gostaríamos de começar a nossa intervenção neste ponto por referir que o

agendamento para discussão deste Relatório do Exercício do Direito de Oposição dois mil e vinte e três, nesta Assembleia Municipal de Oeiras, é mais uma vez, uma vitória do Grupo Político Evoluir Oeiras pelo segundo ano consecutivo...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, peço desculpa, mas vou interrompê-la...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“...Senhora Presidente, eu estou a usar da palavra...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“...E eu vou interrompê-la já, para que não fique, realmente, um lapso...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“...É a Democracia a funcionar em Oeiras...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“O Relatório do Direito de Oposição vem juntamente com a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, não costuma ser agendado independentemente.-----

-----Na realidade, foi a pedido do Grupo Político Evoluir Oeiras, que se fez esse agendamento em separado.-----

-----Não tem qualquer questão, não há qualquer imposição.-----

-----Os Senhores fizeram esse pedido, e eu achei que não havia problema. Provavelmente isso permite mais tempo de intervenção.-----

-----Agora, temos de deixar as coisas bem claras: não é o Grupo Político que impôs que assim fosse. Fez essa sugestão, que foi aceite pela Mesa.-----

-----Faça favor, pode continuar.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Obrigada por não ter ouvido o início da minha declaração, e obrigada por ter reforçado exatamente o que eu tinha dito, muito obrigada. -----

----- Então continuando. -----

----- Depois de ter sido negado várias vezes o pedido de agendamento em sede de reunião de líderes sem o apoio de qualquer outro partido político representado nesta Assembleia, não desistimos perante a resposta e entregámos um requerimento fundamentado na lei e no Regimento da Assembleia que fez com que o ponto tivesse sido agendado, dando agora tempo a todos os grupos de discutir este tão importante relatório. O relatório onde verificamos o que é a oposição em Oeiras, quem a faz e como o Executivo da Câmara Municipal lida com a mesma, e neste caso, até a própria Mesa da Assembleia. -----

----- Analisando trata-se de um relatório em que o Presidente conclui que: “se demonstra terem sido assegurados os direitos previstos no Estatuto do Direito de Oposição, por parte do Executivo Municipal e do seu Presidente, permitindo-se aos titulares do direito de oposição o acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas da Câmara Municipal de Oeiras.”

Mais um ano em que não há lugar a qualquer autocrítica do que falhou, nem sequer um resumo final daquilo que podia ter funcionado melhor. É de referir que esta conclusão do Senhor Presidente é retirada de um relatório: -----

----- com atraso na elaboração que, nos termos da Lei, deve ser concluído até ao final de março;-----

----- num relatório onde se assume que não foram respondidos todos os pedidos; -----

----- num relatório que não ocorre omissão de informações relevantes, nomeadamente a data das respostas, e a falta de precisão, que leva a conclusões que não correspondem à realidade dos factos; -----

----- onde mais uma vez os detentores do Direito de Oposição não foram ouvidos durante a

elaboração do próprio relatório, na Assembleia nem um email foi enviado ao Grupo Político Evoluir Oeiras para pronúncia, sendo que somos detentores do Direito de Oposição. -----

-----Quanto a nós um relatório onde não foram cumpridos os vários direitos consagrados no Estatuto do Direito de Oposição. A saber: o Direito à Informação, o Direito à Participação, à Consulta Prévia, etc.. É um relatório que padece de graves falhas que demonstram, mais uma vez, o incumprimento do Direito de Oposição em Oeiras sob a gestão do Senhor Presidente da Câmara Isaltino Morais.-----

-----Quanto ao Direito de Participação são referidas as propostas de recomendação e moções apresentadas pelos grupos políticos da oposição aqui na Assembleia Municipal. E das quinze moções e propostas entregues, sete foram apresentadas pelo Grupo Político Evoluir Oeiras (praticamente cinquenta por cento) e a que se soma um voto de repúdio e três votos de saudação que não estão listados. O que o Município não revela é o que fez com cada uma destas propostas aprovadas, tornando-se assim a apresentação de propostas num mero pró-forma.-----

-----Também, relativamente ao Direito de depor refere-se a participação em reuniões de comissões da Assembleia e o número de reuniões realizadas não corresponde à verdade dos factos o que seria facilmente verificado. A título de exemplo a Comissão de Assembleia do Ambiente reuniu quatro vezes e não seis, a de Assuntos Jurídicos reuniu três vezes e não cinco, etc., etc. ---

-----O Direito à informação: Este é ainda um relatório que mostra bem a importância do trabalho do Grupo Político Evoluir Oeiras. Foram submetidos, num ano, oitenta e um requerimentos e pedidos pela Vereadora Carla Castelo, na Câmara Municipal, a única oposição em Oeiras, a única Vereadora que entregou pedidos de informação e requerimentos. Dos sessenta e seis requerimentos submetidos aqui na Assembleia Municipal, cinquenta e oito foram submetidos pelo Grupo Político Evoluir Oeiras, ou seja, oitenta e oito por cento num verdadeiro trabalho de fiscalização e escrutínio do trabalho do Executivo. Muito longe estão os três requerimentos da CDU, os dois da Iniciativa Liberal e do PAN, um do Chega e zero do PS, PSD



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e IN-OV.-- -----

----- O relatório omite anexos e inexplicavelmente omite a data dos requerimentos e pedidos feitos quer pela Vereadora quer pelo Grupo Político Evoluir Oeiras, assim como omite a data em que foram respondidos. Havendo requerimentos cujo prazo legal de resposta foi largamente ultrapassado, dando razão a queixas dirigidas à CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos). Há casos em que a resposta foi enviada e casos em que a resposta foi parcialmente enviada, e não consideramos, por isso, que tenham sido concluídos com sucesso. Houve casos não respondidos também. Neste relatório nem uma palavra sobre estes. Quanto a requerimentos de dois mil e vinte e dois, por exemplo, que ainda continuam por responder, e de vinte e três, temos casos não concluídos, como seja: -----

----- O Requerimento quatro, das Portas de Algés, é dado como concluído e os documentos não foram entregues; -----

----- O Requerimento treze com cinco questões respondidas, e três que não; -----

----- O Requerimento dezoito, com as Atas do Conselho Municipal de Segurança, que nunca foram entregues e está dado como concluído. -----

----- Temos Requerimentos identificados como pendentes no relatório: -----

----- o requerimento onze, das senhas de presença da CPCJ, que tem mais de um ano; -----

----- o requerimento do Parque dos Cisnes, que tem mais de um ano;-----

----- o requerimento da Hasta Pública da Ex CNP, que está quase a fazer um ano;

----- requerimentos do Ranking Concelhio de municípios, que aguarda há mais de cinco meses;----- -----

----- requerimento das Atas do Conselho de Administração dos SIMAS, pedidas em novembro, há mais de cinco meses... -----

----- E, portanto, podia continuar... -----

----- o caso do Espargal, dos estudos de ensombramento;-----

-----e o tão famoso, requerimento das Geminações.-----

-----Finalmente, e para terminar, Senhora Presidente, manifestamos assim o nosso repúdio pela forma como a oposição é tratada, com total ausência de respeito e em incumprimento da Lei vinte e quatro/noventa e oito, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, com o objetivo de assegurar "às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática (...) nos órgãos executivos (...) nas autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei", e lamentar que não se tenham registado melhorias face..."-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

-----"Já ultrapassou o seu tempo... peço-lhe que termine..."-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----"Estou a terminar, Senhora Presidente... Se não me tivesse interrompido se calhar já tinha terminado.-----

-----E lamentar que não se tenha registado melhorias face..."-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----"Senhora Deputada, termine se faz favor a sua intervenção.-----

-----Faça favor de terminar."-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----"... ao respeito no tratamento do Direito de Oposição face a dois mil e vinte e dois.--

-----Muito obrigada."-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte:-----

-----"Pedi sim, Senhora Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada. -----

----- Pese embora, o Relatório no início explique bem o que é que é o sumo e o contexto deste Relatório, e que diz respeito, exatamente, aos partidos que não têm assento na vereação ou àqueles que estão na vereação e não têm pelouros, e é sobre esses, sobre os quais o Relatório se debruça, eu queria dizer que da forma como agora a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a sua exposição, dá quase a entender que os outros partidos políticos que também têm pelouros, no caso do PS do PSD, parece que não fizeram aqui nada na Assembleia Municipal. Facto o qual eu não posso...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “...peço imensa desculpa... Facto o qual eu não posso deixar passar em branco.

----- O Partido Socialista na Assembleia Municipal faz como entende, não como a Senhora Deputada entende, mas, como o Partido Socialista entende o seu trabalho. Apresenta requerimentos, são dadas respostas, coloca questões, são dadas respostas, faz propostas de recomendação, são aprovadas ou não são aprovadas, enfim, faz o seu trabalho na medida em que entende que deve fazê-lo com o acordo institucional que tem com o Senhor Presidente da Câmara por ter, naturalmente, aceite pelouros. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----A análise deste documento, que aliás, e muito bem, resulta de uma norma implementada, curiosamente, não implementada nem pelo Livre, nem pelo Bloco de Esquerda, não deixa de ser curioso, o que é certo é que traduz, efetivamente, a necessidade que o legislador viu de garantir às minorias, a todas elas, o direito à informação, o direito a manifestar-se, como aqui tem sido feito. -----

-----Mas, é importante que diga, e que a Senhora Deputada compreenda, que direito de oposição não é direito de imposição. Certo? Ou seja, nós estamos aqui para propor, mas as maiorias têm o direito de aceitar, ou não, em função da validade e do interesse que isso tem para o seu programa, para os munícipes. -----

-----O PSD há muito que entende que deve ter uma oposição responsável neste Concelho, e é isso que determina, tal com o Partido Socialista assim também optou, em colaborar na medida do possível, através de vereadores com pelouros na Câmara Municipal, que fazem o seu trabalho e onde, naturalmente, apresentam as suas propostas, que serão analisadas, aceites, ou não aceites, em função de critérios mais vastos. -----

-----O PSD igualmente aqui na Assembleia, naturalmente, que exerce na medida do possível, e quando entende necessário, essa oposição e conseqüentemente a Senhora Deputada que, realmente, veio aqui minorizar o Partido Social Democrata, tal como fez em relação ao Partido Socialista, esquece-se, de facto, desta realidade. E eu direi que é infame a afirmação (quer ficar com a bandeira, que o faça, mas não nestes termos), infame dizer, realmente, que o Partido Social Democrata aqui é um zero. -----

-----Nós temos uma representação igual à do grupo que acabou de dizer que nós não apresentámos nada. Eu acho isto deprimente, acho que isto não é política, acho que isto, de facto, não reflete os valores da Democracia. E nós que estamos a dois dias de comemorar os cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, não deixamos de relevar situações como esta. Aí de nós, e aí dos portugueses, e aí dos oeirenses, se vocês algum dia chegassem a governar este Município, ou este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

país. -----

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Ficamos, perante a intervenção que aqui ouvimos por parte da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), ficamos com uma dupla sensação que é: por um lado não queremos, enfim, entrar neste jogo e não tecer nenhum comentário sobre aquilo que foi dito, mas, por outro lado, não vá a omissão ser entendida como consentimento, achamos que, com toda a franqueza, há que dizer de forma muito clara que tudo aquilo que aqui nos referiu, vai completamente ao arrepio, não só da prática da Câmara Municipal, como da prática da Mesa e do conjunto de forças políticas desta Assembleia Municipal, mas também como foi, aliás, patente nas informações, ou nas declarações prestadas já por duas forças políticas, também elas da oposição, pese embora tenham pelouros, ou assumam pelouros no âmbito do Executivo Municipal, é absolutamente óbvio que todas as acusações, ou todas as pseudo informações que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) aqui nos traz, são facilmente rebatíveis, e são, obviamente, fruto de uma mente que está perturbada, e fruto de uma posição que o Evoluir tem vindo a querer assumir ao longo de todos estes meses, de vítima em todo este processo, e de ser tratado de forma diferente pelo Executivo Municipal, e designadamente pelo Senhor Presidente. -----

----- Devo acrescentar, aliás, pelo conhecimento que todos temos da prática habitual que seja costume nos diferentes municípios do país, dos maiores aos mais pequenos, e devo dizer que aquilo que em Oeiras se faz, e não é de hoje, nem tem a ver com o Evoluir, ao longo de tantos e tantos anos, é de uma abertura que não tem comparação. Desde a Câmara Municipal à Assembleia

Municipal, que é de uma abertura que, como digo, não tem comparação relativamente a outros municípios, e que acompanha, ouve e põe em prática, muitas vezes, tudo aquilo que as forças políticas da oposição propõem num clima de entendimento, num clima de cooperação, num clima que, aliás, se afere, ou se mede, ao longo de muitos anos pela votação das propostas que são feitas em Câmara Municipal, pelas propostas que vêm a esta Assembleia Municipal, em que era prática que a unanimidade acontecesse. Hoje em dia, infelizmente, especialmente para a força política que não colabora nesse processo, essa unanimidade não é possível, pese embora, a defesa dos interesses dos munícipes esteja sempre à frente de tudo o resto.-----

-----E, portanto, temos que deixar aqui absolutamente claro que esta é uma posição que resulta de um determinado posicionamento político, um posicionamento político que tem exclusivamente a ver com querer dar nas vistas, ou querer apresentar-se como a única força de oposição ao atual Presidente da Câmara, e nós como digo, e esta era a primeira sensação que resultava da intervenção que ouvi, era, de facto, mais valia nem comentar aquela que foi a intervenção aqui feita. Mas para que conste em Ata, e para que não se diga que a omissão, como digo, corresponde a um consentimento, queria aqui dizer, para que conste, como digo, que verberamos de forma muito sólida e muito enérgica, a intervenção que a Senhora Deputada do Evoluir aqui fez, porque não corresponde à verdade, porque se escuda em exemplos que não são verdadeiros, e que se escuda também em pequenas falhas que, eventualmente, possa haver quanto ao número de sessões, e número de reuniões, que é irrelevante, perante a forma como o Executivo Municipal sempre tratou, e desde há muitos anos, todas as forças políticas da oposição. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Deputada do Evoluir mais uma vez deu o triste espetáculo de se colocar em bicos de pés. Aliás, sem a sua apregoada verborreia, quase diríamos que o Concelho de Oeiras estaria na cauda de todos os valores, ao contrário daquilo que acontece na realidade. -----

----- Confunde quantidade com qualidade e ao pretender encontrar a agulha no palheiro, e ao lembrar constantemente a enorme quantidade de requerimentos, quase faz lembrar o menino Zequinha das campainhas de uma certa anedota.-----

----- Armar-se em vítima de tudo e de todos na forma arrogante com que insistentemente pretende impor-se a tudo e a todos torna-se cansativo mas tem uma virtualidade, evidencia a essência do pensamento da força que representa: um totalitarismo que em vésperas do cinquentenário do Vinte e Cinco de Abril, estou certo, é repudiado por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Bem, sobre este ponto, alguém mais pretende usar da palavra? -----

----- Senhor Presidente, pretende o Senhor usar da palavra? -----

----- Faz favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Com muito gosto Senhora Presidente.-----

----- Senhoras e senhores deputados. -----

----- Bom, este Relatório, como muito bem a Senhora Presidente disse, é um Relatório que acompanha a Informação do Presidente da Câmara, mas é um Relatório muito bem elaborado, com a total transparência, rigor, clareza... -----

----- Eu devo-vos dizer, que como calculam não sou eu, não é o Presidente da Câmara, que

elabora este relatório. De maneira que se, porventura, em vez de dizer “Vereadora” diz “Vereador”, porque a lei diz que a Câmara de Oeiras tem um Presidente e dez Vereadores, não diz dez vereadores e vereadoras... porque a lei já é mais antiga, e, portanto, esta discussão agora do todas, do todos e do “todes” é uma coisa recente. -----

-----De maneira que é interessante as censuras que são feitas à Câmara Municipal e designadamente ao Presidente, que está a fazer uma violação extraordinária, porque (isto está lá no Relatório) trata a Vereadora por Vereador. Bom, eu não trato nada. Eu quando me dirijo à vereadora, a qualquer vereadora da Câmara é “Senhora Vereadora”, e aos vereadores “senhores vereadores”, ainda nenhum me pediu para tratar por Senhor “Vereadore”, até agora ainda nenhum me pediu isso, de maneira que são vereadoras e vereadores. E, portanto, está tudo no Relatório.--

-----Devo-lhes dizer, que não deixa de ser surpreendente... o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) pôs até o dedo na ferida. Eu tenho falado com muitos colegas presidentes de câmara, a quem pergunto, como é natural... Ainda há dias estive na Amadora, onde estavam para aí trinta ou quarenta presidentes de câmara, e perguntei a três ou a quatro, como é que era esta coisa do Estatuto de Direito de Oposição. Eles riram-se na minha cara, todos, palavra de honra, riram-se na minha cara e disseram “És um ingénuo extraordinário”, disseram-me eles, porque respondo a informação que, segundo muitos deles, não sabiam responder.-----

-----Na realidade, muita da informação... eu devo-lhes dizer que muitos desses requerimentos são falsos, quer dizer, não são setenta requerimentos, são trinta ou quarenta, não são cem, são cinquenta ou sessenta. Porquê? Porque eles são todos sobre a mesma coisa. Quer dizer, a dada altura sobre o mesmo tema, fazem três ou quatro requerimentos. Fazem um requerimento hoje, não têm resposta nos oito dias seguintes, já estão a fazer outro requerimento.

-----Depois, até fazem requerimentos sobre situações que o Presidente da Câmara desconhece completamente. Reparem, dá entrada um pedido, por exemplo, de um pedido de informação prévia. Por qualquer razão sabem que deu entrada um pedido de informação prévia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pedem logo qual é a situação e tal... quando ainda não temos nenhum despacho do Presidente da Câmara, não se sabe de nada... Ainda ontem discutia com um arquiteto da Câmara, um problema de uma adjudicação que foi feita, mas a consignação não foi realizada logo tempestivamente... Foi feito um requerimento a perguntar: “Porque é que não tinha sido realizada a consignação?”, de maneira que eu, que não sabia de nada, não é... quer dizer, são centenas os projetos, os contratos, as empreitadas... estava bem arranjado se todos os dias andasse a perguntar como é que está este, e aquele. Eu pergunto os mais importantes.... E pergunto ao arquiteto: “Mas afinal o que é que se passa? Foi consignado, não foi consignado ainda porquê?”, e ele lá me esteve a explicar, e eu “então está bem, ok, respondam lá isso, respondam lá à questão”. Portanto, há muitos pedidos, muitos requerimentos que são feitos que, na realidade, são duplicações de requerimentos já anteriormente respondidos. -----

----- Depois, há uma prática que é esta: raramente se satisfazem com a resposta que é dada. Mas, como calculam, a resposta, se são questões de natureza técnica, não são de natureza política, naturalmente, que faz-se um requerimento para obter uma determinada informação, vai para o serviço competente para responder. O serviço competente responde... bom, pelos vistos, nem sempre responde, ou nem sempre dá a resposta que quem faz o requerimento gostaria de ter. Insiste novamente, mais uma resposta. -----

----- Depois há outras perguntas, que tecnicamente não têm, nem podem ter resposta: “Portas de Algés, mandem-nos o dossiê”, não há dossiê das Portas de Algés. A Câmara não pode dar aquilo que não tem. E, estamos fartos de dizer como é que é... A Câmara só dá a informação que está disponível. Se se faz um pedido de informação a um determinado serviço e esse serviço não tem a informação, é claro que não dá a informação. -----

----- Portanto, neste Relatório, e julgo, que se realmente o apreciarem, verão que não há mais transparência do que esta. É respondido a tudo, pode haver às vezes circunstâncias... com certeza, que quando há muito requerimento, nós não podemos ter todo o serviço da Câmara

concentrado na resposta aos requerimentos dos vereadores, vamos lá ver, também têm tempo, tem que se dar oportunidade para isso.-----

-----Depois, julgo que há aqui um vício, realmente, que tem a ver, justamente, com aquela visão totalitária que certas ideologias ainda têm, é indiscutível, que esta coisa de “só eu é que sou da oposição”, e confunde-se o acesso à informação pelo direito concedido pelo Direito de Oposição, com o que é a oposição.-----

-----Na realidade, na Câmara, por exemplo, há duas vereadoras, uma do PS e outra do PSD, que não têm direito ao acesso à informação pelo Direito de Oposição, porque têm pelouros. E, a lei diz, que quem tem pelouros não tem acesso à informação pelo Direito de Oposição. Mas, não é assim tão claro, para quem tem uma visão totalitária é que é assim, ou assado. A Democracia tem esta grande virtude que é a de podermos discutir, exercer o contraditório, mas atenção, defendê-la dos inimigos da Democracia, porque a Democracia tem inimigos, a Democracia tem muitos inimigos. Mas nós, todos os dias temos que a defender, não sei se estão a ver. Temos que a defender, dando voz àqueles mesmo que são contra ela, porque no dia que isso seja impossível, já não temos Democracia, e então dizem-nos que não somos democratas. Mas os totalitários andam por aí. Ora bem, e então querem ser só eles a oposição, de maneira que não reconhecem que qualquer vereador de outro partido político daquele que não ganhou as eleições, que não tem direito a ser oposição.-----

-----Eu, por acaso, com muita mágoa minha, já tive situações em que a Vereadora Filipa, do Partido Socialista, votou contra uma ou outra deliberação, em que a Vereadora Susana, do PSD, votou contra uma ou outra deliberação. Isto é estar a fazer oposição, porque se fossem do meu partido não votavam contra, porque se votassem contra, punha-os no olho da rua, tirava-lhes os pelouros e acabou. Estão a ver a diferença?”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

----- “...Não, não. Não é democrata.-----

----- Quem está comigo, quem é eleito comigo... Eu só dou pelouros...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

----- “... Não, não. Democracia é isso... Eu só dou pelouros em quem tenho confiança, em quem é leal. E, portanto, quem aceita pelouros tem que ter lealdade. O que não significa que seja casmurro. E, portanto, membros de outros partidos políticos que podem aceitar pelouros, mas não são acéfalos, pelo contrário, são mais democratas do que aqueles que se dizem democratas e na realidade não passam de totalitários ou aprendizes disso. Na verdade, quer a Vereadora do Partido Socialista, quer a Vereadora do PSD, já várias vezes votaram contra, ou se abstiveram em determinadas deliberações. Se fossem do meu movimento não votavam, porque nessa altura tirava-lhes os pelouros. É óbvio. Mas o que é isto?-----

----- Portanto, o que é mau, e é aí que está a tendência totalitária é “Só nós é que somos oposição, o resto está tudo feito...”, é aquela visão “o resto está tudo feito”. E não recolhessem... Por exemplo, na Assembleia... Eu também não gostei, não gostei nada, o PSD absteve-se aqui no Orçamento, absteve-se no Orçamento, e eu ainda a tenho aqui atravessada. Na Câmara tinham votado a favor. É natural que haja uma relação entre o que se passa na Assembleia e o que passa da Câmara, é natural. Mas também é natural que haja desentendimentos, dentro do mesmo partido... naqueles que têm a tal visão totalitária, é que estão todos de acordo. Mesmo até sobre a concessão do Direito de Oposição, não há uma divergência, não há uma divergência. Nos partidos democráticos há. É possível, realmente... aqui é que se vê como é que, a posição que uns tomam na Câmara, e que outros tomam na Assembleia Municipal. Nos partidos democráticos é vulgar um vereador na Câmara ter uma posição, e depois na Assembleia Municipal o mesmo partido ter outra

posição. Acontece, acontece... Nos partidos menos democráticos, ou que não são mesmo democratas, nesses aí não, nesses aí estão todos de acordo. Aliás, não é por acaso que há partidos aqui na Assembleia, cujo discurso é rigorosamente o mesmo, aliás, normalmente até só fazem textos escritos, não improvisam com receio de sair fora dos eixos. Já se aperceberam? Há disso aqui. Apesar da grande capacidade oratória que alguns dos senhores deputados têm, a dada altura não saem fora da cartilha, a leitura do computador é o melhor. -----

-----Mas tudo isto tem a ver, exatamente, com a Democracia.-----

-----O Direito de Oposição está plasmado, realmente, nas leis, e deve ser cumprido, deve ser respeitado, e é isso que a Câmara de Oeiras respeita com este Relatório que aqui foi enviado, com a análise que aqui está a ser feita... E, realmente, eu devo-vos dizer o seguinte: eu sinceramente, vejo aqui alguns dos senhores deputados, de diferentes forças políticas, a reagir, vejam bem, não é ao Relatório, é àquilo que a força da oposição diz sobre o Relatório. É muito engraçado, é muito interessante. Ou seja, estamos todos a fazer o que eles querem, a dar-lhes um minuto de fama, ali para as câmaras.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Bem, podemos considerar este ponto apreciado.”-----

-----**APRECIADO**-----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 375/2024– DMAG/DFP/DPOC – relativa aos Documentos de Prestação de Contas da CMO, referente ao ano de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 379/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, referente ao ano de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “O ponto três e o ponto quatro, nós não recebemos esta documentação, atempadamente. -----

----- Recebi um email, dizendo que não tinha sido ainda enviada para a Assembleia Municipal, esta documentação porque ainda não tinha sido aprovada na Câmara. -----

----- Acontece que isso foi posterior à data da Convocatória e do Edital, por mim assinado, que foi na passada terça-feira. -----

----- Esta é uma reunião ordinária, como tal é convocada com sete dias de antecedência. --

----- E, eu tinha acordado com o Senhor Vice-Presidente que a documentação seria entregue e, como tal, fiz a Convocatória e fiz o Edital. Quando me chegou, vindo dos serviços, essa informação, nada a fazer, estava convocado, aliás, como manda a lei. -----

----- Resulta que, Senhor Presidente, o ponto três, relativo aos documentos de prestação de contas referente ao ano de dois mil e vinte e três, e a aplicação do resultado líquido do exercício referente ao ano de dois mil e vinte e três... Eu penso que a Câmara deverá retirar estes pontos.--

----- Mas faça favor, Senhor Presidente.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

----- Resulta que a Câmara só vai amanhã aprovar estes documentos. -----

----- Portanto, o que significa que só na quinta-feira... quinta-feira, é o Vinte e Cinco de Abril... enfim, provavelmente, na sexta será remetido aqui à Assembleia Municipal.-----

----- E, portanto, julgo que não vale a pena retirar..., será agendado, com certeza, para outra Assembleia. Como aqui os pontos não passam... não é a continuação... se não é a continuação desta Assembleia, será agendado na próxima quando receberem os documentos. Porque a Câmara Municipal, realmente, embora tenha sido agendado na passada quarta-feira, eu até achava que era um documento (já não me lembrava) que podia ser agendado e apreciado na mesma reunião, mas

houve alguns dos senhores vereadores, que da tradição do que é o Plano de Atividades, com as GOP's e com o Orçamento, e ao que parece nos anos anteriores, teria sido assim, normalmente é agendado num dia e apresentado, e depois é discutido e aprovado na reunião seguinte. E foi assim que ficou... faz-se uma reunião extraordinária amanhã, foi agendada na passada quarta-feira, amanhã temos uma reunião extraordinária, será aprovado, e espero que sexta-feira será remetido à Assembleia Municipal, para agendar para a próxima reunião. -----

-----Mas, também lhes devo dizer, que a leitura que nós fazemos é de que a obrigatoriedade da aprovação até ao fim do mês de abril é na Câmara Municipal, e não na Assembleia. De maneira que também não há problema nenhum. Portanto, pode ser perfeitamente discutido e aprovado na próxima Assembleia Municipal. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, a próxima reunião da Assembleia Municipal, não será este mês. Porque tem que ser convocada... Bem, esta já não será uma reunião ordinária porque já fizemos esta, e, portanto, só se pode fazer esta. -----

-----Mas, ou a Câmara retira, ou nós retiramos... Eu retiro estes pontos, e irão ser agendados em futura reunião, depois de recebermos o que a Câmara nos enviar. -----

-----Muito obrigada. -----

-----Então... faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Eu queria-lhe fazer uma pergunta (sem olhar para o computador e de improviso): Eu não percebi muito bem o que é que se passou aqui, mas, do que eu depreendi das palavras da Senhora Presidente, a Câmara estava avisada, com alguma antecedência, que a reunião ordinária ia ocorrer nesta data e, mesmo assim, as contas, as propostas das contas, não chegaram a tempo à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia Municipal, para poderem ser discutidas hoje, houve uma questão que o Senhor Presidente levantou agora na Câmara, e, portanto, não são discutidas hoje em reunião ordinária, são discutidas já em Maio numa reunião extraordinária. É esta a tramitação que a Senhora Presidente, e o Senhor Presidente propõem, mesmo tendo a Assembleia Municipal, daquilo que eu depreendi das palavras da Senhora Presidente (desminta-me se estiver errado), mesmo, tendo a Assembleia Municipal dado um aviso largo à Câmara em relação a isto. -----

----- Foi isto que se passou?” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “A Assembleia Municipal não precisa de dar avisos à Câmara. A Câmara Municipal sabe muito bem o que diz a legislação. -----

----- Acontece que não foi enviado, e o Senhor Presidente explicou a razão porque não foi apreciado na última reunião de Câmara, será amanhã. Para convocarmos outra reunião seria no dia trinta, mas não sei até que ponto é que a documentação poderia vir e chegaria a tempo de nós a apreciarmos. Porque, entretanto há o feriado do Vinte e Cinco de Abril e isso pelo meio... Resulta que ficará para uma reunião a agendar, em Conferência de Líderes, que haverá no fim desta reunião, e nessa altura, faremos o agendamento destes dois pontos. -----

----- Senhor Deputado António Moita (IN-OV).” -----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queria só fazer aqui uma pequena referência para o facto de haver algumas forças políticas que pediram que o documento em apreço fosse apreciado pela Comissão. O que faz com que, como é óbvio, precisemos de mais tempo para que isso aconteça. -----

----- Portanto, eu não percebo qual é esta pressa que o Senhor Deputado aqui coloca. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas iremos ter tempo suficiente, porque a reunião, como acabei de dizer, não será

neste mês. - -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----É só em relação à intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV), até porque a nossa força política foi uma das que pediu a apreciação destes documentos em Comissão, efetivamente. E nós consideramos que estes documentos deveriam ser apreciados em Comissão. Foi-nos dito que não havia tempo (e é precisamente aí que quero chegar Senhor Deputado), foi-nos dito que não havia tempo para apreciar as contas em Comissão, porque as contas iam ser discutidas na reunião de hoje e as contas não (daquilo que eu percebi até agora), as contas não vão ser discutidas na reunião de hoje. Portanto, prende-se também com isso a minha pergunta, porque assim sendo, abre-se uma janela temporal para se apreciarem as contas também na Comissão de Economia...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Com certeza. É aquilo que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) acabou de dizer.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“No entanto, no entanto, a interpretação legal que a Câmara faz, de que as contas só têm de ser apreciadas na Câmara, até ao final de abril, e aqui na Assembleia Municipal não têm essa obrigatoriedade, eu espero que esteja bem estudada essa interpretação. Porque senão, esta janela temporal, não é assim tão larga quanto isso, e o dia trinta de abril, volta a entrar em jogo. -

-----Mas, o Senhor Presidente vai-me responder, pelo que eu vejo de braço no ar e certamente sem ler da cartilha nem da lei. -----

-----Muito obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu vou passar a palavra ao Senhor Presidente, mas se o Senhor Presidente não disser, eu depois respondo. -----

----- Faz favor, Senhor Presidente.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

----- Às vezes, temos discussões que não fazem muito sentido. -----

----- A lei estabelece regras, e diz quais são os tempos de apresentação de determinados documentos. A Câmara Municipal relativamente a este documento, o Relatório de Atividades e Contas, só o aprova amanhã, porque não teve condições de o aprovar antes. Portanto, ficou devidamente justificado, não houve condições por várias razões: recolher pareceres, e esses pareceres também não chegaram a tempo... E, portanto, a Câmara Municipal aguardou que os pareceres chegassem. -----

----- De maneira que não há nenhuma responsabilidade aqui na Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal só pode apreciar o que lhe chega.-----

----- Portanto, a proposta é aprovada amanhã na Câmara, será remetida à Assembleia Municipal, e a Senhora Presidente, articulada com os seus líderes dos grupos parlamentares marcará a Assembleia no mês de maio, quando entender mais adequado. -----

----- Significa que há tempo, com certeza, para a Comissão parlamentar avaliar o relatório, avaliar a proposta. Há tempo para isso. -----

----- Naturalmente, que sugiro que não seja uma reunião propriamente extraordinária para discutir apenas estes dois pontos já que a Assembleia reúne extraordinariamente, são estes dois pontos e são os que houver. Porque já há outras propostas que foram enviadas esta semana à Assembleia Municipal, e, portanto, podem ser agendadas. -----

----- O problema da questão da legalidade, do tempo, etc... A Câmara Municipal não

deixará de explicar ao Tribunal de Contas, no caso de ultrapassar o prazo legal, de explicar ao Tribunal de Contas por que razão é que ultrapassou esse tempo legal. E quero dizer-lhes, que não é por aí que nós temos problemas, o Tribunal de Contas sempre entendeu estas questões. Portanto, nunca houve nenhum problema com o Tribunal de Contas por via de um atraso de quinze dias ou um mês na aprovação das contas. -----

-----Portanto, não há razões para estarmos aqui a discutir. -----

-----O documento irá ser analisado amanhã, vem cá, tem o tempo necessário que considerarem para analisar, e depois, a Senhora Presidente agendará. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Bem, espero que a situação esteja esclarecida. -----

-----Pela nossa parte, está agendado e justifica-se, e está justificado o motivo porque hoje não é tratado este ponto, por aquilo o Senhor Presidente apresentou.” -----

-----**ADIADAS** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Eu sugeria que fizéssemos agora um intervalo, e depois voltávamos para os últimos pontos. -----

-----Muito obrigada.” -----

-----**INTERVALO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. -----

-----Peço que tomem os vossos lugares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ora, vamos para o ponto número cinco, da Ordem de Trabalhos.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 256/2024 – DMEDSC/GCAJ – relativa à Celebração de contrato-programa 2024 – Atribuição de subsídio à exploração dos equipamentos desportivos sob gestão da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Algum dos senhores pretende usar da palavra sobre este ponto?-----

----- Não há inscrições?-----

----- Posso passar à votação?-----

----- Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, era só para... Enfim, fui tão atacado na semana... aqui há uns dias, porque fiz a defesa de que a celebração de contrato-programa com Oeiras Viva não era impedimento para que a empresa pudesse prosseguir a sua atividade. E verifico hoje, com algum espanto, que ninguém vem aqui para realçar o facto, de num tão curto espaço de tempo ter aparecido aqui para aprovação o tal, o bem dito, contrato-programa com a Oeiras Viva. E, portanto, era para realçar a importância desse facto, era para realçar aquilo que já disse, noutra ocasião, que em circunstância alguma a Oeiras Viva viu coartada a possibilidade de fazer aquilo que estava no seu plano de atividades em razão da não celebração do contrato-programa, e que este contrato-programa aqui proposto, se ajusta, efetivamente, àquelas que são as necessidades que a Oeiras Viva tem, e estou absolutamente convencido que, mesmo do ponto de vista da tesouraria, questão que até aqui não se pôs, mas que a Oeiras Viva passará a ter uma circunstância com mais folga e que de forma justa, vem estabelecer aquilo que no entendimento da Câmara Municipal, e presumo que também no entendimento da Oeiras Viva, enquanto extensão da atividade da Câmara

Municipal são as suas reais necessidades. E não posso deixar de verificar, com muito apreço, que o facto da Oeiras Viva ter conseguido obter receitas que vão para além daquilo que era expectável, faz com que aquilo que seriam às necessidades de financiamento por parte da Câmara Municipal em termos de contrato-programa, são cerca de cinquenta por cento daquilo que seria possível, ou seja, aquilo que é normalmente prática, é que a Câmara Municipal venha financiar a Oeiras Viva pela diferença entre aquilo que é pago pelos utentes e aquilo que em condições de mercado deveria ser pago. E, portanto, isto corresponde a um efetivo serviço social que a Oeiras Viva presta por intermédio... ou por outra, que a Câmara Municipal presta por intermédio da Oeiras Viva, e verificamos que a diferença entre uma coisa e outra se situa na casa de um ponto dois milhões de euros. Verificamos também que as necessidades efetivas da Oeiras Viva são, ou serão, de apenas seiscentos e cinquenta mil euros, números redondos. O que significa que a Oeiras Viva para manter o equilíbrio conseguiu obter outras receitas que permitem à Câmara Municipal não transferir tantos recursos que, com certeza, serão recursos que são importantes para outras coisas.-----

-----E, portanto, queria aqui realçar a importância da celebração do contrato-programa. --

-----Quero realçar que ele veio quando tinha que vir. -----

-----E quero realçar também, a justa... porque é justo que isso aconteça, que a gestão da Oeiras Viva tem corrido de uma forma a que a oneração por parte da Câmara Municipal não tenha que ser tão grande, o que é, do nosso ponto de vista, uma justa aplicação dos recursos que são de todos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu não ia intervir, mas quero dizer depois desta intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV) ...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Oh Senhor Deputado, é que isto é só dar uma “picadelazinha”.-----

----- Eu digo “vamos passar à votação” e os senhores inscrevem-se.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Não, mas eu só... não, não... Mas eu ouvindo a intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faço mesmo muita questão de intervir.-----

----- Porque nós aqui nos últimos pontos, e até no PAOD... Quer dizer, começando pelo PAOD, vamos fazer uma ordem cronológica... Trouxemos um assunto que tínhamos trazido na última reunião novamente a esta reunião, e disseram-nos “malvados a trazer outra vez o mesmo assunto, já tínhamos falado na última reunião, já tínhamos dado resposta...”, e agora chegamos ao ponto da Oeiras Viva e o Senhor Deputado fica muito surpreendido, porque nós não voltamos a dizer aquilo que dissemos na última reunião. Quer dizer, o prémio pela incoerência, Senhor Deputado António Moita (IN-OV), não se pode querer “sol na eira e chuva no nabal”, nós estamos aqui a fazer a nossa oposição sossegadinhos no nosso canto, e fomos tão criticados no último ponto do Relatório da Oposição, sempre a falar, sempre a estragar a unanimidade, e coisas do género... e agora, que nós até íamos de forma sossegada votar a favor de uma coisa que é óbvia (e eu já vou repetir a justificação para ser óbvia), o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fica muito surpreendido porque nós não íamos intervir outra vez.-----

----- Senhor Deputado, claro que como nós dissemos na última reunião da Assembleia Municipal, era melhor estar alinhado no início do ano, e vir cá no início do ano, e não gerar os incómodos contabilísticos que foram gerados para a Oeiras Viva (eu nem vou aprofundar muito isso outra vez, para não causar mais incómodo ao Senhor Deputado), claro que era melhor isso ter

sido feito no início do ano e tinha poupado muitos incómodos (pronto, o Senhor Deputado também teria poupado um incómodo, se não tivesse feito essa intervenção que fez agora). Mas, naturalmente, que vindo o subsídio à exploração agora, e fazendo ele todo o sentido, e aí concordamos com a sua intervenção, nós, naturalmente, acompanhamos. Preferíamos que tivesse vindo no início do ano, sendo confrontados com ele agora não vamos mudar a nossa posição pelas coisas não estarem ideais cronologicamente. -----

-----Agora, Senhor Deputado, eu peço-lhe um favor, quer dizer, se vai tecer críticas à oposição, se a sua força política vai tecer críticas à oposição por fazer uma coisa, nesse exercício de lidar com a oposição que vocês acham que é muito avançado, ou lá o que é que quer que achem que é, se vai fazer críticas por a oposição lidar com uma coisa de uma maneira, no ponto imediatamente a seguir, não lhe faça críticas por lidar de maneira exatamente oposta. Senhor Deputado, peço-lhe isso até porque pouparia tempo a todos se não caísse em incoerências destas, e poupava-lhe também, se calhar, o dissabor de ter esta contradição tão debatida aqui na Assembleia Municipal.-----

-----Portanto, Senhora Presidente, eu saio deste ponto da Ordem de Trabalhos, um bocadinho baralhado em relação a qual é que a abordagem do IN-OV em relação à oposição. Tinha sido muito esclarecedora, nada satisfatória, mas muito esclarecedora, no ponto anterior, agora estou baralhado outra vez. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor... Peço desculpa, está primeiro inscrita a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD). -----

-----Peço-lhe desculpa.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- É muito rápido, até porque já foi tudo dito. -----

----- De facto, os reparos que fizemos aquando da apreciação da proposta cento e vinte e um de dois mil e quatro (deve querer dizer dois mil e vinte e quatro) na passada Assembleia Municipal, prendia-se, de facto, com esta utilidade temporal da subscrição do contrato-programa.

----- E, portanto, ele vindo aqui hoje, naturalmente que mais vale tarde do que nunca, e, de facto, não havia grande intervenção a fazer, senão na última Assembleia fazer o reparo relativamente ao facto do contrato-programa para cumprir os seus ditames em termos de funcionalidade, o melhor seria que viesse no início do ano. -----

----- Portanto, foram só estes reparos. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu, palavra de honra, que fiquei baralhada também no início destas intervenções. ----

----- Fiquei baralhada porque o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) teve necessidade de vir dizer uma coisa que não era necessário dizer, mas mais baralhada fiquei quando o Senhor Deputado do Livre resolveu também dizer outra coisa que também não fazia falta nenhuma para a discussão, porque basicamente não conseguiram acrescentar nada. -----

----- Aquilo que importa aqui, efetivamente dizer é que a Oeiras Viva está de parabéns por ter apresentado, e a Câmara Municipal por ter votado favoravelmente, aquilo que é o contrato-programa estabelecido no valor de seiscentos e cinquenta e quatro mil euros, e que vai permitir o equilíbrio orçamental que nós temos defendido e que deve ser apresentado o mais cedo possível

em cada ano civil. E assim está, não tão cedo quanto nós gostaríamos, mas bastante mais cedo do que no ano anterior e, por isso felicitamos quer a Oeiras Viva, quer o próprio Executivo Municipal.

-----Dizer também, que este contrato-programa tem em consideração a promoção da atividade física para todos, e não é por ser uma empresa municipal que desconsidera esta vertente social da Câmara, e, portanto, que se comporta como o braço direito, ou como o braço esquerdo a Câmara Municipal, e do nosso ponto de vista, é isso que é essencial: é a promoção da atividade física para todas e para todos no nosso Concelho. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu concordo com a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), que não é o essencial, mas não é uma questão pela qual nós possamos passar sem dar uma resposta, porque, eu percebo que faça alguma confusão ao PS que se tenta apontar quando o IN-OV cai nestas contradições. Mas nós, no nosso exercício de oposição, o Grupo Político Evoluir Oeiras entende que no seu exercício de oposição, tem relevância, mesmo que não seja o ponto essencial aqui, concordamos que o ponto essencial aqui é a Oeiras Viva que já foi implemente debatido também na reunião passada, e que nós reforçamos o debate aqui, neste ponto da Ordem de Trabalhos, mas as contradições da maioria quando está a debater com a oposição, no nosso entender, pelo menos na forma como nós fazemos oposição, são relevantes, devem ser assinaladas e merecem debate e escrutínio também nesta Assembleia Municipal. Pode não ser o essencial, mas é um ponto relevante e nós, Senhora Deputada, no exercício da nossa oposição, sempre que achamos que é relevante, vamos intervir nesse sentido, e vamos fomentar o debate nesse sentido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Que o Partido Socialista tenha outro entendimento sobre como fazer oposição para nós não é novidade, e é bastante natural até.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Quer dizer alguma coisa?”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Então faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Para agradecer este esclarecimento dado com tanta convicção pelo Deputado do Livre, que acabou por não esclarecer absolutamente nada, mais uma vez. E dizer-lhe que ele não se preocupe com o Partido Socialista, que se preocupe só com o Partido Livre, e, portanto, que se deixe de fazer este tipo de intervenções aqui, porque nada acrescenta àquilo que é a nossa Democracia.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente.-----

-----Desde já cumprimento-a si e à Mesa, Senhor Vice-Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, presidentes de junta, e a quem nos ouve. -----

-----Eu queria salientar o seguinte: a Oeiras Viva que, aliás, fez há poucos dias vinte e três anos, uma empresa com vinte e três anos, tem um papel fundamental no Município de Oeiras, e há vinte e três anos que anda a fazê-lo.-----

-----Salvo erro, são dezassete os pavilhões que tem a seu cargo, sendo que exclusivamente... pavilhões desportivos, onde acontecem provas desportivas de várias faixas etárias, de várias modalidades, todos os fins de semana. E são os trabalhadores desta empresa que, em primeiro lugar estão de parabéns, porque efetivamente é um trabalho muitas vezes difícil, uma vez que a gestão dessas instalações nem sempre está a cargo da Câmara, muitas vezes depende de obras e de benfeitorias que devem ser feitas pelo Poder Central, e mais uma vez aqui em Oeiras, tal como na área das esquadras, tal como na área dos centros de saúde, a Câmara Municipal se substitui ao Poder Central e faz o que é necessário fazer. -----

-----E, portanto, eu queria dar nota do seguinte, estes contratos-programa, que estão como subsídios, são para que a Oeiras Viva leve a cabo missões sociais, na área social (porque o desporto está incluído no vetor social) e garantir, por exemplo, que o acesso à natação chegue a todas as crianças, que sem a Oeiras Viva não tinham hipótese de praticar natação. Para garantir que as provas desportivas das nossas coletividades, que também têm muitas dificuldades e muitos dos seus dirigentes sobrevivem ao longo dos anos com muito empenho e voluntarismo... E, portanto, a Oeiras Viva faz aqui uma função social determinante na nossa coesão social, na saúde, no bem-estar, no desporto, na cultura (também faz a gestão dos auditórios)... E, de facto, esta equipa está de parabéns. O CEO, o Presidente Doutor Rui Daniel Mourinha, e os outros dois administradores, estão a transformar a Oeiras Viva, levantaram-na depois das dificuldades que houve com a pandemia, estão a reestruturá-la, estão a fazer um trabalho notável, e que vem demonstrar, mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma vez, ao contrário do que já foi aqui dito por algumas forças políticas, pelo menos uma, que por vezes, muitas vezes, e neste caso certamente, o Estado funciona muito bem, e não são os privados, porque se isto fosse entregue aos privados, isto não seria feito porque isto não dá lucro, não dá dinheiro, e bem, os privados motivam-se pelo lucro, e isso não tenho nada contra, mas há, portanto, aqui uma função. -----

----- Só que isto tem o nome de subsídio, mas é um subsídio, é dinheiro que é dado para uma função que é essencial à Câmara. A Oeiras Viva é um braço armado, passo a expressão se me permitem, dos objetivos eleitorais, do programa eleitoral do IN-OV. E desse ponto de vista, só temos que dar os parabéns, sobretudo aos trabalhadores e a uma empresa que há vinte e três anos anda a lutar pelo bem-estar, pelo desporto, pela saúde, pela cultura do nosso Município. -----

----- É só, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Eu vou, portanto, passar à votação da proposta.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura,

Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----A Senhora Deputada Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 44/2024**-----

PROPOSTA C.M.O N.º 256/2024 – GCAJ – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA 2024 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS SOB GESTÃO DA OEIRAS VIVA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e cinquenta e seis barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número vinte e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em três de abril, e deliberou por unanimidade dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a celebração de contrato-programa com a “Oeiras Viva, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração dos equipamentos desportivos sob sua gestão, no valor de seiscentos e cinquenta e quatro mil trezentos e treze euros, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “E passamos ao ponto seguinte, o último ponto da nossa Ordem de Trabalhos, que é o ponto seis...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Não percebi... Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), pretende...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... Ah... está bem, está bem... Ainda nem li...” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 278/2024 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa

ao Regimento do Conselho Municipal de Saúde (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão).-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), está inscrita.-----

-----Quem mais pretende usar da palavra sobre este ponto?-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL)...-----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, a respeito desta proposta, e depois de analisar devidamente o Regimento do Conselho Municipal de Saúde, cumpre-me dizer que recordo o passado dia vinte e quatro de janeiro em que nos despedimos da Comissão Municipal de Saúde. Foi uma reunião com uma participação grande de todos os intervenientes, uma reunião que terminou com um convívio, onde tivemos a possibilidade de nos despedir de muitos daqueles que ocupavam essa Comissão Municipal de Saúde, Comissão essa onde cada grupo e cada partido político com representação nesta Assembleia, tinha assento.-----

-----Contribuímos, nós deputados dos vários grupos e partidos político, com questões e esclarecimentos. Marcámos presença, como tem que ser, no que à saúde em Oeiras diz respeito.-

-----Segundo a Senhora Vereadora Teresa Bacelar referiu nessa mesma reunião do passado dia vinte e quatro de janeiro, a Câmara Municipal de Oeiras estaria a levar a cabo todos os esforços para que essa presença, e entende-se a dos deputados desta Assembleia, continuasse a ser uma realidade. Hoje, contudo, votámos o Regimento para o Conselho Municipal de Saúde, e não estamos lá. Não estaremos presentes na procura da resposta mais ágil e eficiente, não participaremos da natureza consultiva, não contribuiremos para a articulação e cooperação entre o poder político, os setores sociais, profissionais de saúde e a sociedade civil. Mas devíamos. -----

-----Podemos, na representação que nos foi atribuída pelos oeirenses, continuar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contribuir, a questionar e a cooperar para a definição de políticas locais de saúde concertadas, realistas e ajustadas ao nosso território. Naturalmente, que todos queremos o mesmo: a excelência da Saúde em Oeiras. Todos somos poucos para prosseguir este objetivo. Queremos a continuidade do que sempre resultou, assim nos diz a experiência. Queremos um Município onde a nossa contribuição é vista como uma mais-valia em união de esforços para o que é de todos. Quando se unem sinergias, Senhora Presidente, e se caminha no mesmo sentido, onde a participação engloba todos, então sim, podemos dizer que em Oeiras estamos de boa saúde. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Quanto à proposta de deliberação em apreço, cumpre-nos observar que esta advém da criação do Conselho Municipal de Saúde no quadro das transferências para órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, uma obrigação legal. Contudo, não podemos deixar de fazer referência, ao facto de não vermos plasmado no Regimento a promessa feita pela Senhora Vereadora Teresa Bacelar, de todas as forças presentes nesta Assembleia terem representação nesse Conselho, tal como estavam representadas na extinta Comissão Municipal de Saúde.-----

----- Se a lei prevê e permite a inclusão de pessoas que se considera de interesse, se este Conselho favorece ainda a existência de uma visão de saúde que seja global e transversal de responsabilidade partilhada para o superior interesse dos cidadãos, se tal como se diz no preâmbulo do Regimento do Conselho, agora a aprovação entre outras funções, visa a cooperação entre a sociedade civil e as diferentes estruturas da comunidade, se pretende que sejam criadas medidas

de políticas locais que sejam pragmáticas, inovadoras, executáveis e amplamente participadas, e se tal como expresso na alínea b), número dois, do artigo segundo, pretende-se promover a participação ativa das entidades na área da saúde e da sociedade civil de forma a emitir contributos, propostas e recomendações auxiliando o Município a desempenhar uma política de saúde adequada às necessidades dos munícipes, e a recursos disponíveis, não entendemos a ausência das forças políticas com assento nesta Assembleia, que foram eleitas para representar a comunidade.

-----A participação das diversas forças políticas contribuiria, certamente, tal como o fez na Comissão para uma maior transparência e medidas mais plurais. Assim, à semelhança da representação que esta Assembleia tinha na Comissão, gostaríamos de ver no futuro Conselho a mesma representatividade. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Penso, que todos os senhores deputados leram... E o que temos aqui é a composição do Conselho Municipal de Saúde, a que foi acrescentado um representante da Assembleia Municipal. Isso foi deliberado em reunião de Câmara e foi votado por unanimidade... Diz: “A Câmara deliberou por unanimidade dos presentes com os votos a favor do Senhor Presidente...”, e depois engloba os senhores vereadores, “... submeter o Regimento do Conselho Municipal de Saúde à Assembleia Municipal. Mais foi deliberado acrescentar um elemento a designar pela Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde”, dado que, o Conselho Municipal de Saúde na sua composição não integrava... isto parece-me que é à semelhança do que se passa no Conselho de Educação, não é Senhor Vereador da Educação? Em que, no Conselho Municipal de Educação também é o Senhor Presidente da Câmara, e sou eu enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Não há representantes da Assembleia Municipal?”-----

-----**O Senhor Vereador Pedro Patacho interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... Do Conselho Municipal de Juventude sim... Agora aqui no Conselho Municipal de Saúde, está a ser previsto, além de um presidente de junta de freguesia eleito na Assembleia Municipal, também um membro da Assembleia Municipal, também a ser eleito aqui. -----

----- Mas, penso que devem ter visto isto. -----

----- De qualquer modo, estava inscrito: o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), tinha pedido a palavra, a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) e o Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV). -----

----- Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rápido para dizer o seguinte... Naturalmente, que nós temos conhecimento da lei, e a lei é muito clara no que diz à composição, o que acho que é um lapso do legislador, mas é o que temos. -----

----- Ora bem, a questão que se coloca é que estes elementos que aqui estão são elementos de pleno direito, são elementos que, naturalmente, terão direito de voto, o que não exclui uma opção política de fundo, no respeito de admitir outras entidades, porventura, participando na reunião sem direito de voto, mas que, de alguma maneira possam, como já foi dito anteriormente pelos senhores deputados, melhorar, dar contributos para aquilo que é a essência desta Comissão. Aliás, repare-se que a deliberação da Câmara ao indicar, ou ao permitir indicação de uma outra pessoa vai mais além do que aquilo que o normativo legal refere. E, portanto, diremos que houve uma posição política favorável a alargar, à margem do decreto-lei, da lei, portanto, também deverá haver, é nossa opinião, essa posição política de alargamento aos deputados desta Assembleia. Não faz sentido, realmente, esta exclusão, não faz. A tradição, de facto, neste Município, nesta matéria, é uma tradição de colaboração, naturalmente, que percebemos que os deputados não tenham direito de voto, participarão, dão os seus “apports”... Mas, acho que era importante essa participação, até

no sentido de colaboração entre órgãos. -----

----- Eu acho que não era mais quatro ou cinco deputados que ia alterar a estrutura do órgão, e também não era, naturalmente, a afirmação que o Senhor Presidente faz, que é um problema de levar para esse órgão a questão política. É porque eu julgo que nalguns casos, como era o caso do PSD, estaria disponível, por exemplo, para indicar alguém da área da saúde, com conhecimentos, que pudesse indicar. Porque, repare-se, quando se diz: “os partidos podem indicar uma pessoa...”, não precisa que seja um deputado. Agora, o partido, acho que deve lá estar para fazer depois uma ponte. Eu, enfim, acho que com um pouco de bom senso se poderia aqui encontrar uma solução que não desrespeitasse esta Câmara, porque eu acho que o que está aqui em causa é um desrespeito da Assembleia Municipal nesta matéria. E eu julgo que o Senhor Presidente não quererá isso seguramente. -----

-----E, portanto, eu apelo um pouco a este bom senso nesta matéria. Naturalmente, não queremos direito de voto, nem podemos ter, mas estarmos lá representados. -----

-----Disse.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Eu queria começar por dizer o seguinte: a proposta que aqui hoje é trazida, de facto, tem em Ata que o Senhor Presidente acrescenta um membro da (foi acrescentado e foi votado) Assembleia Municipal, mas isso não está versado no texto do anexo um, conforme deveria estar, não está versado no texto que vamos votar. E, portanto, em primeiro lugar, era bom depois também que houvesse alguma clarificação sobre isso. Mas eu acho que a nossa discussão é muito mais lata do que a discussão de se a Ata corresponde, ou se o anexo corresponde, ou não corresponde, àquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que foi a decisão do Senhor Presidente e a votação da Câmara. -----

----- A nossa votação hoje, e a nossa discussão hoje, é sobre aquilo que é importante afirmar nos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril: a Democracia. E, é precisamente por podermos de alguma maneira, todos nós, homenagear os cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, que o devemos fazer na forma como nos comportamos e na forma como trazemos a debate estas propostas.- -----

----- E já agora dizer que se o IN-OV gosta de inovar, que pode inovar também nesta proposta, acrescentando à legislação, sem direito a voto, a participação de mais membros da Assembleia Municipal. -----

----- Eu quero recordar, que a forma como está feito, ou seja, os membros com direito a voto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que é do IN-OV, o Senhor Presidente da Câmara que é do IN-OV, e um deputado da Assembleia Municipal, ou deputada, que será do grupo mais representado, que será do IN-OV, pluralidade não se verá nenhuma. E, é exatamente aqui, é exatamente sobre este aspeto, que nós estamos veementemente contra. -----

----- E, queria dizer, para terminar, que a Senhora Vereadora disse que não há pouco, com a cabeça, que não houve essa promessa... sim, houve essa promessa no dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e vinte e quatro, que os partidos lá estariam representados. E, portanto, Senhora Presidente, pese embora o Senhor Presidente não esteja, e esteja o Senhor Vice-Presidente que ocupa, naturalmente, esse lugar, eu peço bom senso à Câmara, no sentido de decidir com parcimónia, como nós estamos habituados a que seja feito pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta matéria. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Muito boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Vice-Presidente em substituição do Senhor Presidente da Câmara. Senhores colegas deputados. As senhoras que nos dão apoio.-----

-----Relativamente a esta matéria, aquilo que eu tenho para dizer é tão simples quanto isso. Acho que hoje é importante perceber o que estamos aqui a fazer. Isto porque quando nós estamos aqui a apreciar a matéria do Regimento do Conselho Municipal de Saúde, aquilo que está aqui é só tão simples quanto a aplicação da lei e respeitar o princípio da legalidade. E quando eu vejo aqui a referir a deliberação da reunião de Câmara, aquilo que o Senhor Presidente disse, eu lembro-me, eu tenho aqui, é claro que no âmbito do bom senso é acrescentar, eventualmente acolher um deputado, mas respeitando o princípio da legalidade. Nunca... com certeza, é tudo no âmbito da lei. Por isso, nós não podemos pensar que vamos fazer alguma coisa contra a lei. Por isso, nós voltamos atrás e vamos ver... peço desculpa, mas quando estavam a falar eu ouvi. Nós quando vamos ver no artigo nono da lei, nós estamos a falar do artigo nono da lei, na criação do Conselho Municipal de Saúde, o artigo nono diz claramente... Eu acho que há interpretações que estão a ser feitas aqui que na minha opinião eu concordo com a intervenção do Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), claro que se apela ao bom senso, mas também quando nós apelamos ao bom senso, nós temos que pensar em respeitar o princípio da legalidade. E quando eu falo no princípio da legalidade, é que nós hoje... senão estamos aqui a violar outro princípio, que é o princípio da separação dos poderes. Não cabe à Assembleia Municipal fazer todas essas alterações no Regulamento. Cabe sim e diz a lei, no artigo trinta e dois, alínea k), essa competência é de exclusiva competência do órgão municipal, neste caso, da Câmara Municipal. Por isso não somos nós que temos que vir aqui a substituir o Executivo Municipal, em incorporar alguma proposta que não está no Regulamento, porque aquilo que nós estamos a dizer, quem vai ver o Regulamento, essa nossa proposta não está no Regulamento. Nós temos aqui o Regulamento que vem criar o Conselho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal de Saúde que não tem essa proposta. Aquilo que nós podemos pensar era aprovar sim, o Regimento do Conselho Municipal de Saúde e depois, posteriormente solicitar todas essas propostas na próxima revisão ao Regulamento que vamos aprovar, poderão ser incorporadas, não sei se me estou a fazer entender, nessas revisões. Mas agora, aqui hoje aprovamos porque esta é que é a competência sim da Assembleia Municipal. É aprovar ou não aprovar o Regulamento, não é alterar, porque essa competência sim cabe ao órgão executivo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faça favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde a todos. -----

----- De facto, já tudo foi dito, mas nós temos um histórico de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, em que todas as forças políticas participavam. De facto, como já foi dito aqui, a lei agora veio alterar e veio reduzir a nossa capacidade participativa neste Conselho. Eu lembro-me de participar neste Conselho e só queria fazer um reparo aos colegas que justamente já colocaram bem as questões, é que nós aí não fazíamos votações. Era um Conselho consultivo, nós trazíamos era contribuições para adicionar e todas as forças políticas valorizavam a existência desse Conselho. Agora a lei veio foi impor esta redução, que historicamente não era praticável entre nós, e estamos a sentir que isso é uma redução que dá menos capacidade de discussão, da forma que nós tínhamos, de uma forma absolutamente aberta, democrática, que era bem recebida pelas pessoas que depois tinham que agir e transformar as propostas em ação e, de facto, é isso que merece observar. Quer a Alexandra (PS) quer o Jorge Pracana (PSD), quer todos os outros falaram aí na deliberação. Nós não fazíamos deliberações, nós dávamos contribuições para acrescentar nesse Conselho. Normalmente esse Conselho tinha uma Ordem de Trabalhos em que havia a apresentação por um especialista de um tema, e em volta desse tema juntavam-se, para

além da discussão desse tema, juntavam-se às vezes contributos que tinham a ver com coisas muito concretas, sugestões dos centro de saúde, voltar a estomatologia, ou ter consultas de nutrição, ou ter apoio de psicologia, coisas destas que, de facto, são concretas e são coisas que acrescentam e qualificam a vida dos oeirenses. Esse era um palco que tinha essa oportunidade. -----

-----Muito obrigado Senhora Presidente, pela oportunidade que me deu de falar. Muito obrigado.” - -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Eu não me vou alongar na apresentação da questão, até porque já fiz a minha intervenção no PAOD, a questão já foi amplamente aqui debatida pelos meus colegas, e parece-me que temos pontos de vista muito semelhantes.-----

-----Eu gostava de aproveitar estes minutos para responder a algumas das questões que aqui foram abordadas, nomeadamente da legalidade, ou de estarmos fora da legalidade. Bom, de facto, a promessa da Senhora Vereadora de desenvolver esforços foi feita no dia vinte e quatro, foi a promessa de desenvolver esforços, que a Câmara estava a analisar no seu Departamento Jurídico e não estou a ler, estou a lembrar aquilo que foi dito várias vezes, dentro da Comissão e fora dela. Esse esforço, Senhora Vereadora, eu não vejo refletido neste documento. Não há aqui um parecer jurídico que diga “não podem”; não há aqui um esforço, não há um parágrafo sobre este tema. Pronto. E, portanto, os esforços que eu vejo aqui são inexistentes.-----

-----No anexo um, a Informação indica (e passo a citar): “não existindo evidências que favoreçam o funcionamento em simultâneo dos dois órgãos (a Comissão e o Conselho), deve ser extinta aquando da aprovação do regimento”, a Comissão Municipal de Saúde. Portanto, nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sequer temos os dois a funcionar, vão ter pessoas diferentes, mas já se parte do princípio que não existem evidências que fazem funcionar os dois. Pois, eu vejo exatamente a questão ao contrário.

----- Senhora Vereadora, também o que não há evidências para mim é de terem sido feitos esforços para que os deputados continuassem a dar os seus válidos contributos (como a Senhora Vereadora também referiu durante estas reuniões), e que motivaram declarações de compromisso e até o brinde final na Comissão de Saúde. Já sabemos que nos vão dizer, porque até já foi dito, que “estamos a cumprir a lei”, mas estamos a cumprir no mínimo. Isto porquê? Porque eu li o Regimento (calculo que a grande maioria dos deputados o terá feito) e, portanto, já que estamos a falar de legalidade (e ouvimos aqui o Senhor Deputado Ednilson (IN-OV), mas também o Deputado da CDU), limito-me a ler o artigo três, no ponto quatro, que diz que existe a possibilidade do Senhor Presidente, por sua iniciativa, convidar a participar nas suas reuniões, sem direito a voto, personalidades de reconhecido mérito na área da saúde. É assim possível que os representantes dos partidos eleitos pelos Oeirenses estejam lá representados, e para isto basta que a Câmara, o Presidente, considere pertinente e de mérito (e não à margem da lei) a presença dos senhores deputados. Todos os grupos políticos é óbvio que escolhem a pessoa mais adequada para lá estar. O PSD já referiu que pode ser uma pessoa que não seja um deputado, no PSD a pessoa que está mais ligada à área da saúde; eu sou presidente de uma associação de doentes, faço parte de conselhos internacionais da doença que tenho. Enfim, podíamos dar aqui uma série de exemplos, acho que cada grupo político tem a consciência de quem escolhe.-----

----- O que eu acho que tem que acontecer é que tem de continuar a existir espaço para abordar questões de saúde, seja em sede da comissão de saúde, seja do conselho municipal. Mas se não entendem que tenha espaço no conselho municipal, então que se mantenha a Comissão de Saúde. As questões que sempre colocámos são demasiado pertinentes para ficarem sem espaço para serem colocadas. Aliás está ainda previsto no próprio regulamento Artigo 2º Natureza e Objetivos alínea b) Promover a participação ativa das entidades da área da saúde e sociedade civil,

de forma a emitir contributos, propostas e recomendações. E eu pergunto à Senhora Vereadora: quem é que deu essas contribuições em sede da Comissão, nos últimos três anos? A Senhora Vereadora há de se lembrar, como eu, existem Atas que o comprovam, que foram maioritariamente os grupos políticos a colocar as questões nessas comissões. Portanto, eu lembro-me, a Senhora Vereadora decerto se lembrará. -----

-----Na mesma informação indica-se que, também em relação a isto, “numa segunda etapa (esta informação que vem em anexo), sendo este um processo que se pretende participativo e em conformidade com as recomendações emitidas pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico...”

O que este gabinete recomenda à Câmara é que primeiro eleja as pessoas que fazem parte da Comissão, que elas vejam o Regimento, que deem contributos para o Regimento antes de ele ser votado. Pois estamos aqui a fazer exatamente o contrário. Estamos a votar o Regimento sem as pessoas eleitas e sem que elas deem os contributos para o Regimento, contra as próprias recomendações deste Gabinete Jurídico, da própria Câmara Municipal. E face a isto, Senhora Presidente, para terminar, faço duas sugestões ao Executivo:-----

-----Que retire a proposta para que sejam eleitos os elementos deste Conselho, de forma prioritária como o próprio departamento indica; -----

-----E que seja então revisto o regimento e integrado um elemento de cada força política, sem direito a voto no âmbito deste Regimento que aqui está em votação. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faça favor.” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Quer as intervenções do Senhor Deputado do PSD, Jorge Pracana, quer da CDU, Carlos Coutinho, com o equilíbrio que as caracteriza, puseram aqui a tónica naquilo que neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

momento me parece ser mais importante, que é tentar perceber de que forma, e com a colaboração mais ampla possível, este órgão pode continuar a desempenhar as suas funções de acordo com aquilo que a lei determina. E eu lembro que esta alteração, ou a lei que temos, é uma lei que resulta de um decreto-lei aprovado aliás pelo Governo Socialista, portanto o Partido Socialista tem alguma responsabilidade, ou tem toda a responsabilidade na forma como definiu a composição deste órgão, e eu lembro, como o Senhor Presidente da Câmara disse, ou está transcrito na Ata da reunião da Câmara Municipal, que não se trata de um fórum político ou um fórum em que a representação dos partidos seja fundamental. Procura-se, presumo eu, e de acordo com o espírito que presumo que a lei tenha, dar maior eficácia a um grau com estas características, e é bem clara a definição, no artigo nono do decreto-lei, da composição deste órgão e não diz que para além destes membros, podem ser designados outros. Não. Diz em concreto quem é que lá quer. Podia dizer também, e podíamos fazer essa apologia aqui, que em vez de ter um presidente de junta de freguesia em representação de todas as freguesias, podia ter no nosso caso, os cinco presidentes. Podíamos dizer que o representante das IPSS podia ser de todas as IPSS, e não um representante do conjunto de IPSS existentes no Concelho. Com certeza que todos eles..., assim como na alínea h) do número um deste artigo, se diz: “um representante de associações da área da saúde, por acordo entre as mesmas”. Ou seja, não se pretende uma representação tão ampla quanto possível de todas as entidades que têm a ver com esta temática, procura-se conferir alguma eficácia a este órgão. E, portanto, também se diz, e eu julgo que é um “bocadinho” por aí que temos que ir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é um equívoco, não está em representação do IN-OV. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal está em representação desta Assembleia Municipal, que tem competências próprias e que não podemos confundir as competências desta Assembleia com as competências de uma Comissão Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal não preside a esta Comissão ou a este Conselho em representação do IN-OV, ele está enquanto Presidente da Câmara Municipal. Assim como qualquer um dos presidentes de junta (neste caso

todos pertencentes ao IN-OV, ou todos eleitos pelo IN-OV) estão lá em representação, ou um deles estará lá em representação do IN-OV. Não. Está em representação das juntas e das uniões de junta de freguesia. E, portanto, temos que separar bem as coisas e temos que encontrar aqui uma fórmula que parece que o número dois deste artigo permite, que é de dizer que pode o Senhor Presidente da Comissão (que por acaso é o Senhor Presidente da Camara Municipal) pedir ou convidar elementos que tenham contribuições válidas a dar neste âmbito, à participação, não em todas as reuniões do Conselho, não a fazerem parte do Conselho, ainda que sem direito a voto, mas não, a participarem (é assim que eu leio o número dois) em concreto em reuniões do Conselho Municipal, de acordo com a agenda de cada um. É assim que eu avalio os convites que serão feitos. E, portanto, independentemente das considerações que possam ser feitas relativamente ao interesse que haveria por parte de todos os partidos em participar nas reuniões deste Conselho e do mérito que essas participações pudessem ter, eu: -----

-----Ponto um: acho que a lei não aponta para aí.-----

-----Ponto dois: acho que a representação dos órgãos, de todos eles e de todos os que têm intervenção nesta área está mais do que assegurada e, portanto, acho que foi bem o legislador quando definiu a composição deste órgão. E está bem o legislador quando previu que, designadamente no número três, pode o Senhor Presidente deste Conselho (que é o Presidente da Câmara) convidar quem entender para participar em cada uma das reuniões que este órgão vai ter.

-----Portanto, não confundamos aqui a necessidade da representação partidária, porque essa está assegurada por esta Assembleia Municipal, não confundamos a natureza da participação dos titulares de determinados cargos com a força política pela qual foram eleitos, porque não é disso que se trata, e estou absolutamente seguro, na sequência aliás daquilo que disse hoje relativamente ao Direito de Oposição, o Senhor Presidente da Câmara saberá por certo, como sempre tem feito ao longo dos anos, encontrar formas de assegurar uma representação ampla ao nível deste Conselho Municipal naquilo em que isso puder contribuir para a valorização deste órgão e para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

valorização da discussão dos temas que em cada momento forem colocados. E, portanto, acho que o bom senso imperará. Não se trata aqui de cumprir ou deixar de cumprir a lei. A lei parece-me que é absolutamente clara nesta matéria, a lei define a composição e define as fórmulas em que a abertura se pode dar. Estou certo que o Senhor Presidente da Câmara saberá interpretar a lei, estou certo que o Senhor Presidente da Câmara saberá entender o espírito das intervenções que aqui foram feitas, no sentido de assegurar uma representação tão ampla quanto possível de acordo com os interesses do Conselho e de acordo com aquilo que cada um em particular possa contribuir para beneficiar com a discussão de cada um destes temas. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente.-----

----- A Senhora Deputada Mónica (EO) enviou completamente a discussão deste ponto. Eu quase diria que na sua arrogância de onisciência, pretende querer adivinhar o que estava na mente do legislador e que o legislador não colocou em letra de lei. Não há um único ponto, não há uma única alínea, no artigo nove, do decreto-lei que estamos a analisar, ou que serve de base ao texto que estamos a analisar, não há um único ponto do qual se possa minimamente inferir que na cabeça do legislador havia qualquer intenção de que a representatividade neste órgão tivesse a ver com representatividade política direta ou indiretamente proporcional à representação política nos vários órgãos. Todas as alíneas (já lá vamos ao ponto dois) referem representantes de instituições e ponto. Em nenhuma delas há a mínima referência a representação política. E quando no ponto dois abre a hipótese de o Presidente poder propor a inclusão de alguma personalidade de reconhecido mérito na área da saúde, para a discussão das matérias em agenda que sejam

consideradas pertinentes à boa decisão, ninguém poderá inferir daqui que o legislador tinha em mente alguma ideia de representação política. Bem, agora partimos da hipótese..., temos que admitir que na cabeça da Senhor Deputada Mónica (EO) já consegue ler aquilo que o legislador não pôs cá. Tenham dó. Tenham dó, senhores deputados.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Como certamente sabem, eu por formação profissional sou legalista, e reconheço realmente aquilo que é lei e aquilo que foi dito. Ponto final.-----

-----Agora, eu também não quero transformar uma questão meramente técnica, porque tem de ser entendida com tal, num problema político que não o quero. Agora, o que nós temos aqui objetivamente é isto. O que nós temos objetivamente é isto. O Senhor Presidente, na deliberação, admite uma exceção, admite uma exceção à lei, nos termos em que entendeu correto. Eu pergunto: então porque é que essa exceção à lei não vai mais longe, por forma a fazer refletir, sem direito de voto, representantes que as forças políticas indicassem, com conhecimentos na área da saúde. O problema é este. Repare-se: o que nós estamos aqui a falar não é de política, é de colaboração, é de questão técnica. E parece-me que realmente esta atitude não é razoável. A questão é esta, não é razoável. E julgo que..., pronto, cada partido político terá naturalmente a sua visão em relação ao problema, o PSD entende que, realmente, nos termos em que o Regimento está tomado e que repito, que respeita a lei, mas as leis, nós temos que as aceitar, mas podemos não nos conformar com elas e de alguma maneira melhorá-las, que é isso que aqui se está a pedir, e isso, de facto, não está a ser feito. E, portanto, o PSD sente-se muito incomodado com este diploma, na medida em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que exclui qualquer indicação que possa, da sua parte, no sentido de indicar alguém com conhecimentos (já explicámos) da área da saúde, porque é evidente que não sou eu que vou para lá, porque não percebo nada daquilo. Ponto final. Agora, a Câmara também tem que ter a consciência de que as forças políticas têm uma responsabilidade acrescida nesta matéria. Por outro lado, eu julgo que (e repito) era importante este tema ser decidido por consenso geral nesta Assembleia. E eu estou com dúvidas que, enfim, não seja a maioria (naturalmente é um direito que lhe assiste) e isto parece que é um grave precedente nesta matéria. E, portanto, uma vez mais, eu reitero aquilo que disse: acho que a Câmara, dentro daquele.... que sempre teve, deveria reponderar este assunto por forma a incluir, sem direito de voto, representantes de cada formação política.---

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Mais algum senhor deputado pretende usar da....? Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV). Também pretende usar da palavra, Senhora Deputada Alexandra Moura (PS)? Senhor Professor Domingos Santos (IN-OV), faça favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Eu acho que o decreto-lei é tão objetivo, não admite interpretações diferentes daquela que foi feita. A constituição do Conselho Municipal de Saúde está fixada no decreto-lei, é assim que tem que ser feita, e o que diz o artigo terceiro, diz que por iniciativa do Presidente ou a pedido e um terço dos constituintes do Conselho, que é um órgão consultivo que ajuda as políticas da saúde do Município, podem ser convidadas entidades, pontualmente, para darem o seu contributo naquela sessão ou em parte da sessão, sendo depois dispensadas e deixando à votação dos pareceres e dos conselhos, ao Conselho assim constituído. E, portanto, forçar isto, é, de facto, forçar a lei e nós não podemos alterar a lei. Portanto, não podemos impor a presença, ainda que

gostemos, podemos, como foi dito, lutar para que mudem as leis, mas é por quem tem competência para as fazer, ou os decretos-lei, ou o que for.-----

-----Portanto, eu acho que o decreto-lei é muito explícito na constituição e na exceção de chamar seja quem for por iniciativa do Presidente ou de um terço dos constituintes do Conselho, para pontualmente darem o seu contributo e ir embora. Ir além disto é pôr em causa a legislação. Nesta Assembleia Municipal, que tem constituição de acordo com a legislação também, quantas vezes, por iniciativa da Senhora Presidente da Mesa, seja de quem for habilitado para isso, não foi chamado aqui a dar o seu contributo, um técnico, um especialista em determinadas matérias, responde a perguntas, expõe, vota-se (ele não tem direito a voto) e depois vai embora? Eu julgo que o que está no decreto-lei que fixa a constituição do Conselho Municipal de Saúde é muito idêntico a isto. Forçar isto, é como, desculpem, é o que me ocorre, é “querer ir jantar a casa de alguém sem ser convidado”. Não pode ser, subverte a legislação. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: --- -----

-----“Senhora Presidente, olhe, vou-lhe dizer uma coisa, eu acho isto extraordinário. Extraordinário. O Senhor Presidente da Câmara cometeu, por aquilo que é a visão destes fantásticos deputados iluminados sobre questões jurídicas, António Moita (IN-OV), Balcão Vicente (IN-OV), Domingos Santos (IN-OV) e Ednilson Santos (IN-OV) que disseram que não podíamos ultrapassar, que era uma questão do princípio da legalidade, que era uma questão da clara composição que estava definida na lei, e o Senhor Presidente, vejam lá, Presidente há quarenta anos, vejam lá, Presidente há quarenta anos, então é ele próprio que vai cometer a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ilegalidade, quando diz na Câmara Municipal que é de acrescentar um designado pela Assembleia Municipal. Vamos ver se nos entendemos, Senhora Presidente. Vamos ver se somos honestos a tratar este assunto, que é disto que se trata aqui. Das duas, uma: ou a Câmara Municipal entende que não quer mais do que um designado para a Assembleia Municipal e assume isso, e acabou a conversa, é essa a decisão; outra coisa é virem aqui “cantar-nos a cantiga” de que nenhum dos outros deputados e nenhuma das outras senhoras deputadas sabe ler a lei, respeita o princípio da legalidade, não conhecem a Constituição da República, etc., etc. Porque isso é “gozar com quem trabalha” e vão-me desculpar, mas já chega. Já chega. A nossa proposta (e é a proposta pelos vistos por todas as forças políticas), a nossa proposta é que possa ser alargado. Se o Executivo entende que não, neste momento não temos cá o Senhor Presidente que teria de certeza uma atitude parcimoniosa, se o Executivo entende que não, entende que não, está decidido, e nós votaremos em conformidade. Ponto final. Se entende que é da lei alargar, se entende que é de retirar, se entende que é de ponderar, muito bem, cá estaremos para apoiar aquilo que for uma melhoria deste Regimento. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faça favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria dar apenas o seguinte contributo, não me imiscuindo porque não sou jurista nas questões técnicas, nas questões de interpretação da lei, mas trazendo para aqui uma imagem da minha vida pessoal, que era o problema do frigorífico da minha avó.-----

----- A minha avó nasceu em mil novecentos e doze, e como devem calcular, ela nasceu em mil novecentos e doze e não havia frigoríficos, mas acreditem que se conseguia viver sem

frigoríficos. A certa altura, não sei se pelos anos trinta, quarenta, o meu avô conseguiu arranjar um frigorífico, e a minha avó viu as vantagens de ter um frigorífico. “Azar dos Távoras”, ao fim de dois anos o frigorífico avariou, e não queiram saber o barulho que a minha avó fez para voltar a ter o frigorífico a funcionar. Isto é uma história que se conta na família... Isto para dizer, eu estou convencido que se não tivesse existido uma Comissão Municipal de Saúde não estávamos a discutir isto. O que me parece que está aqui a incomodar os senhores deputados, e com toda a legitimidade, é que há uma experiência de uma Comissão que era desta Assembleia que funcionava, onde todos participavam e, de repente, arranjou-se um outro modelo que devia de cingir os dois órgãos. E eis que... eu penso que é isto que está a incomodar. -----

-----Mas, há uma questão aqui ainda mais importante que temos que refletir: o legislador ao criar este modelo... não esqueçamos que houve uma transferência significativa de competências para a Câmara. E, portanto, para além das questões técnicas, tenho a convicção que também há aqui matéria política, e opções políticas a serem discutidas. As quais também poderão ser discutidas sempre nesta Assembleia.-----

-----Perdoem-me a imagem do frigorífico, mas foi, de facto, o que me ocorreu. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, trinta segundos apenas para dizer o seguinte: a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), toma-nos umas vezes de uma forma, outras vezes de outra.

-----Desta feita, trata quatro deputados desta Assembleia por tontos. E, aquilo que aqui foi dito, julgo eu por qualquer um dos quatro deputados referidos, não é de um tonto. É, pelo menos, a interpretação que cada um deles faz deste conjunto de normas, não é invocação de princípio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nenhum, é tão só transcrever, ou referir, aquilo que a lei diz. -----

----- Evidentemente que o Senhor Presidente da Câmara... e é assim que eu interpreto a sua manifestação de intenção transcrita na Ata, é no sentido de, de acordo com os poderes que a própria lei lhe confere, poder tornar a composição desta Comissão ou deste Conselho mais ampla. O Senhor Presidente da Câmara não tem poderes para alterar o decreto-lei. Isso teria o Partido Socialista, de que a Senhora Deputada faz parte, e que quis que a lei fosse escrita desta forma, porque se o Partido Socialista tivesse querido que a lei fosse escrita de outra forma tê-lo-ia feito.

----- E, portanto, o entendimento que temos não é de que basta a simples manifestação de vontade do Senhor Presidente da Câmara de Oeiras, ou de qualquer outro município do país para alterar a lei, não, a interpretação que deve ser feita, do meu ponto de vista, é no sentido de perceber que o espírito do conjunto de forças políticas desta Assembleia, no sentido de que gostariam de participar de forma mais ativa nos trabalhos deste Conselho, pode ser garantido através das formas que o Senhor Presidente da Câmara venha a encontrar. Porque a lei confere-lhe essa possibilidade.

----- E, portanto, não estamos aqui a invocar o princípio da legalidade, não estamos aqui a saber interpretar melhor a lei do que os outros, não, estamos todos a manifestar de forma livre aquilo que entendemos sobre uma condicionante que temos. Qual é a condicionante? É a letra e o espírito, segundo podemos interpretar, desta lei. É isso que foi feito, e julgo que o entendimento que temos merece a mesma consideração e respeito do que o entendimento que a Senhora Deputada tem. E, portanto, acho que não lhe fica bem tratar da forma que tratou, as intervenções que aqui foram feitas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? -----

----- Posso passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente? -----

-----Então, acabamos as intervenções.-----

-----Vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, faz favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, membros da Assembleia Municipal, a todos cumprimento com muita honra.-----

-----Ouvi com muita atenção as vossas brilhantes alocações sobre este tema, e não consigo compreender.-----

-----Permitam-me começar por dizer ali uma coisa à Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), que é o seguinte: Senhora Deputada, Vossa Excelência recorrentemente vem dizendo, disse várias vezes nas suas extraordinárias alocações de hoje, que se estivesse aqui o Senhor Presidente, certamente, haveria bom senso... prevendo talvez, que apesar de ter rogado com muita intensidade para ter representação no Conselho Municipal de Saúde, prevendo que pudesse ter uma resposta negativa do Executivo Municipal... permita-me que lhe diga que eu só sirvo um senhor. E, naturalmente, sei quem sirvo. Quando substituo...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:--- -----

-----“... Não, não... Vossa Excelência não pense assim.... Naturalmente, quando me sento em substituição do Senhor Presidente, Vossa Excelência tem que ter presente que nós os dois temos uma ligação muito próxima, ou então eu não seria Vice-Presidente. E antes de começar esta reunião, eu já sabia o que ia dizer no caso do Senhor Presidente sair. Portanto, apesar do vosso extraordinário latim, tudo o que disseram já estava à espera que dissessem, naturalmente, ou não tivesse eu estudado o assunto, ou então não vinha preparado para aqui estar.-----

-----Então, com toda a seriedade, permitam-me que vos diga: é claro, que perante a vontade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Assembleia Municipal, dos partidos da oposição, quererem transformar um Conselho de Saúde numa reprodução da representação da Assembleia Municipal, o que desvirtua por si só o que é aquele órgão, o Senhor Presidente demonstrou toda a boa vontade “querem estar presentes?...”.--

----- Eu também, permitam-me que vos diga, já algumas vezes na minha vida tive gripe, não faz de mim especialista em saúde, nem especialista em políticas de saúde.... Suponho que todos vós já tenham estado doentes uma vez, ou outra, na vida... Portanto, querer participar de um Conselho Municipal de Saúde, ou de um órgão desta natureza do Conselho Consultivo, tem a ver com a possibilidade de trazer mais valias, e não com a possibilidade de reproduzir a discussão política que já é feita na Assembleia Municipal. Tenham alguma humildade, que diabo, tenham alguma humildade. Não se queiram substituir em função de uma legitimidade política que o povo vos deu, a uma autoridade numa matéria que não têm (gostem, ou não, permitam-me que vos diga isto).-----

----- Depois, sobre as questões de legalidade (e não querendo eu competir com os de outros pareceres de Vossas Excelências), permitam-me, até porque já foi feito um parecer sobre isto no Gabinete Jurídico.... Vou começar pelo fim, que é o despacho do Senhor Presidente, uma vez lido o parecer. Então escreveu o Senhor Presidente: “Para não desvirtuar os objetivos e sentido do Conselho Municipal de Saúde, deverá o mesmo ser constituído rigorosamente nos termos da lei”. Reproduzindo, aliás, um princípio do direito público (espero não estar a cometer nenhuma gafe) que, ao contrário do direito privado, que diz “que o que não é proibido é permitido”, no direito público “o que não é previsto, não é permitido”, e não está previsto. Todos vós leram o que diz o artigo da lei, não está previsto, gostem ou não, peço imensa desculpa dizer-vos isto, está lá o que está previsto, o que está previsto é poderem ser convidados, ninguém exclui essa hipótese.-----

----- Permitam-me então ler o que diz o parecer jurídico nesta matéria, depois teremos todo o gosto de fazer chegar à Assembleia Municipal em data posterior...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se**

inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“... Senhora Deputada, eu gosto de a ouvir com toda a bonomia. Agora é a minha vez de me divertir, permita-me.-----

-----Diz o parecer: “Ainda no mesmo artigo sobre a composição do Conselho na alínea i)...”, dizia o Regulamento, “... um representante de cada grupo político com assento na Assembleia Municipal, e salvo melhor entendimento, a alínea deveria ser removida (“hélas”) uma vez que não resulta da lei a sua inserção. Na verdade, já o diploma que previa a criação da Comissão Municipal de Saúde não contemplava a presença de quaisquer representantes de grupos políticos com assento na Assembleia Municipal...”, não contemplava, recordamos o princípio: o que não está previsto não é permitido “...artigo nono, número três e quatro, decreto-lei oitenta e um de dois mil e nove, dois de abril, que previa que a Comissão prevista no número anterior, é constituída por representantes da área da Justiça, da Segurança Social, da Saúde e da Educação, das Câmaras Municipais e de organizações da sociedade civil nos termos a definir em decreto-lei...” que, naturalmente, nunca foi elaborado, os governos da República sucessivamente fazem estas coisas, “... Em bom rigor a introdução desta alínea...” diz o parecer “... descaracteriza a função do órgão...” aquilo que eu vos dizia ao início, politizava o que não deve ser politizado “... e implicaria a presença de um maior número de intervenientes fora da área da saúde...”, voltamos à questão dos especialistas, “... Acresce, que a consulta a outros municípios, não existe uma previsão de composição do Conselho nestes termos...” isto é, nós podemos querer inovar, mas não fora da lei. Aquilo é o que a lei prevê, uma vez estudada a lei aquele foi o despacho do Senhor Presidente. Para terminar, dizer-vos... eu não vou ler o que a Senhora Vereadora disse, quando foi dito que a Senhora Vereadora prometeu... não prometeu nada. Eu li a transcrição de Ata. não prometeu nada...” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... Assim que me permitam continuar, eu continuo. -----

----- Eu li o que está na Ata, que a Senhora Vereadora disse. Dizer que a Senhora Vereadora prometeu alguma coisa, é uma abjeção, é falso, não está nada disso na Ata. Portanto, o que nós temos aqui é o que a lei prevê, o parecer jurídico foi dado pelo Gabinete Jurídico do Município, e o despacho do Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente, o que disse na reunião de Câmara, era não tendo presente a totalidade da lei e o estudo a fundo da lei.-----

----- Portanto, o que a lei prevê é aquilo, e como podem ver, em nenhum outro município, se quer fazer o que Vossas Excelências querem: politizar um Conselho Municipal. -----

----- Senhora Presidente, é tudo quando me apraz dizer sobre esta matéria.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa:** -----

----- “Um Ponto de Ordem à Mesa, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem é que está a pedir um Ponto de Ordem à Mesa?”-----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** respondeu o seguinte: -----

----- “Sou eu. -----

----- Eu já não tenho tempo, mas é fazer um Ponto de Ordem à Mesa.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Ah pois, está bem... Como não tem tempo, pede-se um Ponto de Ordem À Mesa. ---

----- Sim senhora, faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Não, Senhora, Presidente.-----

-----Para Defesa da Honra.-----

-----O Senhor Vice-Presidente acabou de dizer, que quem tinha alegado que a Senhora Vereadora tinha prometido fazer todos os esforços para incluir os deputados neste Conselho...eu já não me lembro da palavra que o Senhor Vice-Presidente utilizou, mas foi muito forte. Não mentimos, não foi, de facto, dentro da reunião. Tivemos um convívio lá fora com todos os intervenientes, estava eu presente, estava a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), a Senhora Deputada Sílvia, do PAN, e a Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), estávamos as quatro, e na altura em que nos estávamos a despedir e a dizer que terminava ali a nossa jornada, foi quando a Senhora Vereadora nos referiu que a Câmara estaria a encetar todos os esforços para que continuássemos a ter presença.-----

-----Recordar também, Senhora Vereadora... Senhora Presidente da Assembleia, perdão, que de acordo com aquilo que o Senhor Vice-Presidente leu, e eu ressalvo a parte do “salvo melhor entendimento”.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----E está...”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Na comunidade jurídica.-----

-----Muito obrigada, muito obrigada. É só para quem tem formação Senhor Vice-Presidente.-----

-----Muito obrigada.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... E está aqui transcrito...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... Ó Senhora Deputada.... Está aqui transcrito o que a Senhora Vereadora disse, e em resposta, o Senhor Presidente o que dizia. -----

----- Simplesmente, aquilo que o Senhor Presidente diz, não está dentro da lei, como o Senhor Vice-Presidente disse...”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio dizendo o seguinte: -----

----- “E como o Senhor Presidente despachou...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... E como despachou.... -----

----- Quem é que mais pediu... Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para terminar, e para nos divertirmos com toda a nossa bonomia, lembrar ao Senhor Vice-Presidente que o Senhor Presidente da Câmara tem quarenta anos de experiência como Presidente de Câmara. Teve consigo inúmeros vice-presidentes, e todos eles, mas todos eles mesmo, entenderam, em determinado momento, que a relação era de extrema proximidade. -----

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Disse-me que a sua relação era de extrema...”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** respondeu o seguinte: ---

-----“Proximidade.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“... Proximidade.... Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, depois destas declarações do Vice-Presidente, fica claro que, mais uma vez, os deputados não tiveram acesso a toda a informação. Portanto, volto a reiterar o pedido que fiz: a proposta deve ser retirada, este parecer jurídico não foi anexo à proposta que estivemos aqui a discutir, eu referi que não estava mencionado os esforços jurídicos, não estava o parecer que agora foi lido. Portanto, nem sequer estamos a ver todo o parecer jurídico. Eu volto a insistir, a informação da Câmara diz que devem ser eleitos primeiro os membros e depois aprovar o Regimento, esse é um ponto, o outro é que não foi dada toda a informação para os deputados votarem em consciência esta proposta. Portanto, volto a solicitar que a proposta seja retirada. ----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Olhe, Senhora Deputada, é assim, não pode, de maneira nenhuma ser como a Senhora diz. E, os pareceres do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico não têm necessariamente de vir...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“.... Peço desculpa, já lhe disse ontem, é assim... Agora falo eu, se me permite.-----

-----Não têm que vir, mas vêm, diz, cita qual é o artigo, e, portanto, cita qual é o artigo...”

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada... a Senhora leia se faz favor, leia tudo o que aqui está. E é assim, a Assembleia Municipal faz os regimentos e os regulamentos, agora a Assembleia Municipal não tem que ficar à espera de eleger, independentemente da lei e até contrariando a lei, um grupo para ser esse grupo a fazer o Regimento, não. O Regimento está aqui, e está de acordo com o artigo que o cria, com a legislação que o cria... Nós, Assembleia Municipal, só temos de o votar, só temos de o votar, e não lhe podemos fazer alterações. O que aqui está, e é bem claro, e o Senhor Vice-Presidente já o citou, é que “a Comissão, de acordo com o número dois do referido normativo, quando a sua contribuição para a discussão das matérias em agenda seja considerada pertinente à boa decisão, o Presidente por sua iniciativa, ou por proposta de pelo menos um terço dos membros do Conselho Municipal de Saúde, convidar a participar nas suas reuniões, sem direito a voto, personalidades de reconhecido mérito na área da saúde”. Isto, que aqui está, é aquilo que na realidade deve acontecer: é criado o Conselho de Saúde, e depois se é necessário o apoio, ou sugestões, convidam-se outras entidades. -----

----- Agora, não se pode é alterar a lei, não se deve infringir a lei. E aquilo que a Senhora está a propor, então é uma infração à lei brutal...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... Não, não vale a pena. Já ultrapassou o seu tempo...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Eu só estou a pedir que seja dado o parecer jurídico. -----

----- Eu não estou a falar do que a Senhora está a falar, portanto, não estamos a falar na mesma conversa... Eu estou a pedir o parecer jurídico que o Senhor Vice-Presidente leu agora...”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... mas qual parecer jurídico?... Não, não estamos...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... que não foi fornecido aos deputados...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, já não tem tempo de intervenção, mas mesmo...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:

-----“Não, não vale a pena...” -----

-----“Está aqui tudo, está aqui tudo aquilo que a Senhora precisa.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“... Então, vai consultar a legislação.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

-----“Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa.-----

-----Passemos de imediato à votação, por favor. -----

-----Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Deixe-me só fazer... Os senhores querem sempre uma coisa a mais, querem sempre uma coisa a mais. Já hoje...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inaudível o que foi dito.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Senhor Deputada, já ontem lhe disse: “quando um burro zorra o outro baixa as orelhas”, ditado popular. A Senhora não fala em cima de mim. Um burro...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... A Senhora desculpe, baixe...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Senhora Deputada, a Senhora não aprende mesmo. Mas eu não vou continuar aqui a dar-lhe essa conversa. -----

----- A Senhora já hoje leu o número de requerimentos que fez, já hoje leu... E já toda a gente percebeu aquilo que faz. -----

----- A Senhora quer passar à votação, mas eu ainda quero ouvir a intervenção do Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), que acho que tem todo o direito de falar.-----

----- Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Simplesmente para registar que aquilo que a Senhora Deputada Mónica (EO) está a exigir, é um parecer que apenas diz uma coisa: aquilo que a Senhora Deputada quer, é contrário à lei. Aliás, acho que não ficou dúvida nenhuma para ninguém nesta Assembleia, que a lei não permite aquilo que está a ser pedido, ou seja, aquilo que a Senhora Deputada está a exigir a esta Assembleia é que infrinja a lei, está a exigir que infrinjamos uma disposição legal, infrinjamos o

que está disposto num decreto-lei do Partido Socialista.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Vamos passar à votação. E devo dizer-vos que ainda temos depois, noutro dia, será indicado um dos presidentes de junta que será votado nesta Assembleia, para fazer parte do Conselho Municipal de Educação.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Não, desculpe. Agora vamos passar à votação... Não tem... -----

-----Vamos passar à votação.... Meus senhores... quando os senhores se calarem e estiver a sala em condições de votar...”-----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com catorze votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com uma abstenção do Partido Social Democrata (Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques).- -----

----- As Senhoras Deputadas Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 45/2024** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 278/2024 – UGPS – REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e setenta e oito barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número quarenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em três de abril, e deliberou por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena,

um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com catorze votos contra, sendo quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com uma abstenção do Partido Social Democrata, aprovar o Regimento do Conselho Municipal de Saúde, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“A Senhora quer fazer uma Declaração de Voto? Ou vai enviar a Declaração de Voto?”

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Faça favor de fazer a Declaração de Voto.” -----

4.6.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra esta proposta, porque entende que ela tem consequências imediatas para o debate das situações e questões relacionadas com a área da saúde no Município, e que os grupos políticos perdem a oportunidade de colocar as questões no âmbito do Conselho, sendo extinta a Comissão. -----

-----Fomos o único Grupo Político que separou o Conselho da Comissão. Portanto, nunca solicitámos nada que fosse contra a lei, como foi aqui alegado, o que queríamos era ter espaço de...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inaudível o que foi dito.-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua **Declaração de Voto:**-----

----- “... Posso terminar Senhor Deputado? -----

----- Estou a fazer uma Declaração de Voto. Posso terminar a minha Declaração de Voto?...

Pronto, muito obrigada. -----

----- Então, o que estava a dizer é que, o funcionamento da Comissão é independente do Conselho, e não havendo espaço no Conselho... ninguém pediu que fosse contra a lei, se não há espaço, e se essa é a interpretação jurídica, então que não se extinga a Comissão, como, de facto, estivemos aqui a votar. Porque a votação, a Senhora Presidente também já disse várias vezes, que não há várias votações na mesma proposta, e aquilo que estivemos aqui a votar foram duas votações na mesma proposta, porque votámos o Regimento do Conselho e a extinção da Comissão, que é isto que diz a proposta. -----

----- E, portanto, somos contra a extinção da Comissão, uma vez que perdemos o direito de palavra e de colocar questões ligadas à saúde, com implicações diretas no Município. -----

----- Muito obrigada.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público. -----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte: -----

----- “Portanto, esta proposta foi votada com catorze votos contra, uma abstenção e vinte e um votos a favor. -----

----- Uma boa tarde. -----

----- Chegámos ao fim dos nossos trabalhos. -----

----- Não temos público. -----

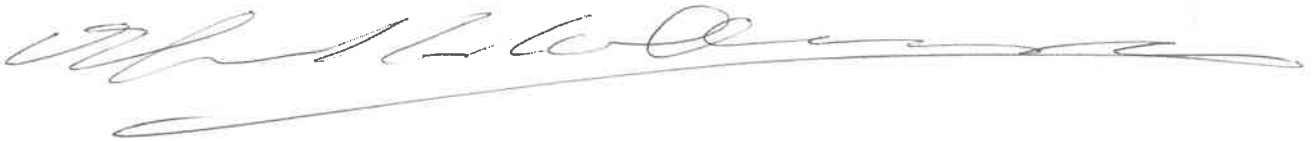
----- Muito obrigado pela vossa presença.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.

A Presidente,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,

